

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARLOS ANDRÉ SCHMAEDECKE

A DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Análise da Administração da Dívida Consolidada
do Período de 1994 a 2004

Florianópolis
2005

CARLOS ANDRÉ SCHMAEDECKE

A DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Análise da Administração da Dívida Consolidada do
Período de 1994 a 2004

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor. FLÁVIO DA CRUZ M.Sc.

Florianópolis

2005

CARLOS ANDRÉ SCHMAEDECKE

A DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Análise da Administração da Dívida Consolidada do

Período de 1994 a 2004

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso de ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota (média) de, atribuída

Prof^a. Elisete Dahmer Pfitscher, Dr^a.
Coordenadora de Monografia do CEN

Banca Examinadora:

Orientador: Professor Flávio da Cruz M.Sc.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Membro: Prof. Jurandir Sell Macedo Júnior Dr.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Membro: Profa. Sandra Pereira Hoffmann M. Sc.
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Florianópolis, 16 de dezembro de 2005.

Dedico esta monografia a minha família:

Aos meus pais Alcido e Elizabetha;

À Rosane, minha amada esposa e

Ao meu filho Jean Carlos.

AGRADECIMENTOS

É difícil expressar em palavras os sentimentos desta conquista. Fruto de muito trabalho e persistência que não seria concebido sem o apoio incondicional de muitas pessoas. E como foi importante poder contar com todos vocês.

Muito obrigado de todo o meu coração:

Aos professores do curso de Ciências Contábeis pelos conhecimentos transmitidos.

Aos colegas de curso pela boa vontade de compartilhar conhecimentos, mesmo em Jogos de Empresa, onde a disputa era acirrada, mas leal, e a vitória tinha um sabor especial.

Ao Professor Flávio da Cruz, por quem tenho grande admiração e respeito, pela orientação da pesquisa.

À Rosane pela compreensão e auxílio em todos os momentos, você é a minha âncora, meu alicerce, meu apoio, sem você, eu não teria êxito.

Ao meu filho Jean Carlos, que embora ainda não compreenda porque não pude lhe dar toda a atenção que merecia, nessa longa jornada, pelo fascínio de cada nova descoberta e seu sorriso encantador.

E a todos que de uma forma ou outra contribuíram para que eu pudesse realizar este sonho.

RESUMO

O equilíbrio das contas públicas tem início no planejamento da alocação de recursos para atender as necessidades públicas, sociais e meritórias, que deve ser elaborado em um contexto de pleno emprego. A perspectiva de déficit induz à constituição de dívida, que pode ser de curto ou longo prazo, a primeira é alvo de empenho e não necessita de aprovação do Poder Legislativo, ao contrário da segunda. A dívida de longo prazo é denominada de consolidada ou flutuante e está no centro desta pesquisa, que foi motivada pelas constantes notícias fazendo menção ao endividamento brasileiro, não mencionando os Estados. Outro motivador é a busca de constatação do efeito produzido pela legislação criada em 2000 e 2001 para aumentar a fiscalização na condução das finanças públicas. O objetivo geral da pesquisa é identificar as formas pelas quais o Estado administra a sua dívida consolidada, delimitando o período da pesquisa do ano de 1994 a 2004. Sendo observado que o Estado de Santa Catarina possui uma gerência específica para controlá-la. Para o período delimitado da série foi elaborada a tabulação da dívida em montantes absolutos e relativos fazendo-se uma breve análise após cada exposição. Concluiu-se que o estoque da dívida consolidada atingiu R\$ 9,8 bilhões no término de 2004 e pelas análises procedidas o estado está impedido de contratar novas dívidas, pois o limite de comprometimento anual com amortização, encargos e juros está acima de 11,5% da Receita Corrente Líquida, sendo este também o motivo pelo crescimento nominal da dívida nos anos de 2003 e 2004. A necessidade de adaptação às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal já é uma realidade no Estado de Santa Catarina.

Palavra-chave: Dívida consolidada, endividamento público, endividamento de Santa Catarina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Secretaria de Estado da Fazenda	47
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da dívida fundada.	50
Gráfico 2 – Dívida pública consolidada atualizada a valores de dezembro de 2004 ...	61
Gráfico 3 – Variação Cambial – Dólar/Real.	67
Gráfico 4 – Dívida pública consolidada convertida em dólares.....	68
Gráfico 5 – Relação entre dívida consolidada e PIB-SC em %	70
Gráfico 6 – Dívida Consolidada X Receitas (RCL e RLD)	72
Gráfico 7 – Dívida Consolidada Deflacionada.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Limites do endividamento estadual.....	39
Quadro 2 – Resumo dos pareceres do TCE para a série estudada.	57
Quadro 3 – Comparação da dívida consolidada líquida em relação a RCL.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contratos da dívida interna de 2002, taxa de juros e índices de correção monetária incorridos	50
Tabela 2 – Variação da dívida consolidada.....	62
Tabela 3 – Relação entre a dívida consolidada e o PIB de SC e variação anual	70
Tabela 4 – Relação entre a dívida consolidada e a receita corrente líquida.	71

LISTA DE SIGLAS

ADCT	– Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
BACEN	– Banco Central
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	– Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	– Brasil
BRDE	– Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CELESC	– Centrais Elétricas de Santa Catarina
CF/88	– Constituição Federal de 1988
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
DESENVESC	– Conselho de Desenvolvimento Estadual
FGTS	– Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FINEP	– Fundo de Investimento Ensino e Pesquisa
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-DI	– Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna
IGPM	– Índice Geral de Preço Médio
INSS	– Instituto Nacional de Seguridade Social
INVESC	– Santa Catarina Participação e Investimentos
IPESC	– Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina
LDO	– Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFTESC	– Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina
LOA	– Lei Orçamentária Anual
LRF	– Lei de Responsabilidade Fiscal
PDF	– Portable Document Format
PIB	– Produto Interno Bruto
PPA	– Plano Plurianual
RCL	– Receita Corrente Líquida
RLD	– Receita Líquida Disponível
RLR	– Receita Líquida Real
SC	– Santa Catarina
TCE	– Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
UFSC	– Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	11
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1.2 TEMA.....	14
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	18
1.5 METODOLOGIA.....	18
1.6 LIMITAÇÃO DO TEMA.....	21
1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	22
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
2.1 ESTADO	24
2.2 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	26
2.3 O ESTADO DE SANTA CATARINA	27
2.4 FINANÇAS PÚBLICAS.....	31
2.5 RECEITA PÚBLICA	33
2.6 DESPESA PÚBLICA.....	34
2.7 DÍVIDA PÚBLICA.....	35
2.8 CONTROLE DO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO	38
2.9 DEFLACIONAMENTO	42
3 – DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA CATARINENSE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	44
3.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA EMPREGADA NO CONTROLE INTERNO DA DÍVIDA.....	44
3.2 TABULAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA.....	49
3.3 LEGISLAÇÃO PERTINENTE.....	51

3.4	PARECERES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.....	54
3.4.1	Formatação	56
3.4.2	Histórico da série 1994 a 2004	57
3.5	SÉRIE DEFLACIONADA.....	60
3.6	SÉRIE CONVERTIDA EM DÓLAR	66
3.7	LIMITES DO ENDIVIDAMENTO	73
4	– CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	76
4.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
4.2	RECOMENDAÇÕES.....	78
	REFERÊNCIAS	79
	APÊNCICES	
	“A” – Tabulação da dívida consolidada nominal	83
	“B” – Tabulação da dívida consolidada deflacionada.....	84
	“C” – Tabulação da dívida consolidada convertida em dólar	85
	“D” – Produto Interno Bruto a preço corrente do Brasil e de Santa Catarina.....	86
	“E” – Tabulação da dívida consolidada em valores relativos ao PIB - SC	87
	“F” – Demonstração das modificações do perfil da dívida.....	88
	“G” – Tabela comparativa entre receita corrente líquida e receita líquida disponível Tabulação da previsão e execução orçamentária da receita com operações de crédito	89
	“H” – Tabela do índice de deflacionamento Tabela da cotação do dólar	90
	ANEXOS	
	“A” – Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989.....	91
	“B” – Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.....	93
	“C” – Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997	99

1 - INTRODUÇÃO

No presente capítulo apresenta-se uma visão geral da pesquisa, seguida do tema e problema do trabalho monográfico, seus objetivos e justificativa do estudo, bem como a metodologia aplicada e a limitação da pesquisa.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O equilíbrio ou superávit das contas de qualquer pessoa ou entidade é fundamental para o seu processo de continuidade e prosperidade, o que significa que as receitas devem no mínimo se igualar as despesas, para tanto é necessário que haja moderação por parte do administrador dos recursos em não gastar mais do que possui ou irá receber até que seus desembolsos ocorram, o que permitiria a solvência deste ente.

No Estado não é diferente, o equilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas deve ser mantido, sendo que este deve ser previsto na elaboração do orçamento anual.

Embora, no orçamento anual, seja bastante complexa a alocação de recursos para atender as necessidades públicas estatais, sejam classificadas como sociais ou meritórias, estas devem ser planejadas em um contexto pleno de emprego.

Para Silva (1979) este entendimento não conclui que o equilíbrio deva ser uma constante durante o ano de execução do orçamento, pois a administração pública pode fazer uso de recursos privados, a fim de atender as necessidades públicas, por meio de empréstimos,

ou outras captações de recursos, que devem ser quitados durante o mesmo ano, sendo que, o projeto de lei orçamentária deve ser apresentado de forma que os ingressos e desembolsos sejam equilibrados para o ano da execução.

Assim, entende-se que durante a execução orçamentária operações de crédito por antecipação de receita podem ocorrer sem a necessidade de sua previsão, ao menos no que tange ao orçamento encaminhado à Assembléia Legislativa para aprovação e conversão em lei, ao contrário das dívidas constituídas para atender a necessidade de equilíbrio, ou seja, se na proposta orçamentária a receita estimada for menor que a despesa fixada, deve haver previsão orçada de dívida para cobrir a situação deficitária apresentada.

A constituição de obrigações do Estado será lançada nos registros contábeis e discriminada de acordo com suas características, sendo fator imprescindível o conhecimento de diversos conceitos. Para tanto, Angélico (1994, p.71) conceitua dívida da seguinte forma:

Corresponde ao conjunto de compromissos assumidos pelo Estado com terceiros, compreendem os empréstimos internos e externos, a curto e a longo prazo, bem como os valores arrecadados a título de receita extra-orçamentária. É classificada em dois grupos, dívida consolidada ou fundada e dívida flutuante. A primeira que pode ser interna e externa, conforme o empréstimo seja feito no país ou no exterior, depende de autorização legislativa para ser contraída.

Portanto, a dívida consolidada ou fundada, alvo principal dos estudos realizados, refere-se a empréstimos feitos no país ou no exterior, sendo sempre distinguido como de longo prazo. Já a dívida flutuante, que não é matéria de interesse específico desta monografia, restringe-se à área nacional e seu resgate é sempre programado em curto prazo e como tal, não é objeto da emissão de nota de empenho no que diz respeito ao principal da dívida.

O resgate anual da dívida consolidada constitui despesa orçamentária do exercício. Daí, confirma-se que a constituição e a liquidação da dívida consolidada dependem de autorização legislativa. Já a constituição e liquidação da dívida flutuante não dependem desta autorização.

Segundo Cruz (2002, p.146), “o gerenciamento do passivo real em instituições públicas apresenta-se complexo à medida que as dívidas são renegociadas e admitem encampação ou alongamento por parte de esferas governamentais superiores”.

Em se tratando de administração de recursos públicos, temos que observar alguns aspectos importantes para a sua realização, pois os serviços públicos são totalmente vinculados as normas legais pertinentes à matéria, sendo que um de seus princípios é o da legalidade, ou seja, todo ato administrativo executado pelos gestores advém do pressuposto da legalidade, se não o for, nulo será.

Também é importante ressaltar que no Brasil vive-se em uma sociedade democrática de direito, assegurada pela Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, cujo lema principal é: “o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Sabe-se que referido dispositivo constitucional é incapaz de obter concordância plena junto aos críticos e estudiosos da conduta praticada no aparelho do Estado, nas entidades privadas e outros agentes sociais.

Arruda (1999, p. 28) dedica boa explicação sobre essa situação que, de certa forma, expõe a realidade vivida pelos políticos que se dispõe a concorrer ao pleito:

Além de defender os seus próprios interesses, os políticos estão sujeitos à pressão de diferentes setores da sociedade. Há grupos de pressão de empresas e de bancos, inclusive estrangeiros, de grandes fazendeiros, de donos de seguros de saúde, das grandes empreiteiras de construção civil, e outros mais. No Brasil, mas também em muitos outros países, inclusive os ricos, ocorrem freqüentes escândalos sobre atos de corrupção por parte desses setores, como a compra de políticos – com dinheiro ou favores – para que tomem decisões favoráveis aos seus interesses.

As pressões sobre os políticos têm início antes das eleições, haja vista as campanhas eleitorais consumirem recursos financeiros elevados para popularizar a imagem de um candidato, recursos estes, na maioria das vezes, advindos de grupos econômicos com interesses em vantagens que possam beneficiar-lhes futuramente. Embora a quantidade de dinheiro disponibilizada não seja fator restritivo da candidatura, o êxito ou o fracasso numa

campanha está diretamente relacionado a eficácia das agências de propaganda e principalmente à qualidade de inserção na televisão, que é de custo elevado.

Outro motivo está ligado a realidade de muitos eleitores, como segue:

Diante do poder de influência dos ricos e poderosos, as pressões dos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos e de organizações de movimentos sociais ainda são fracas e pouco influentes. Ainda que eles representem interesses majoritários, no Brasil a maioria do povo ainda está alienada e desorganizada. Uma herança que vem dos tempos de escravidão, que só acabou há 110 anos, condicionando o povo a *submeter-se*, a *depende*r de quem é rico ou de quem governa, a reduzir sua cidadania ao ato de *pedir* que alguns de seus direitos e interesses sejam atendidos e, no mais, a *delegar* poder para que outros os governem e decidam por eles. Trabalhadores e trabalhadoras, pobres e excluídos ainda acreditam que o poder político não é coisa para eles. Nisso são muito ajudados pelos meios de comunicação, que passam a imagem de que só “os que sabem” é que podem decidir, e os que sabem são geralmente “os que têm”. (ARRUDA, 1999, p. 29)

Muito embora existam representantes de grupos sociais de menor poder aquisitivo em cargos eletivos, estes são minoria e não possuem força de decisão, tendo que se aliar a outros grupos para poder, mediante troca de colaborações, apresentar resultados aos seus eleitores.

Como é típico num estado de direito, aos representantes eleitos pelo povo, cabe fiscalizar a gestão dos bens públicos e sua utilização, apenas para atender a necessidade da população e os direitos constitucionais legalmente previstos.

1.2 TEMA

Segundo a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA (1994, p. 7) a dívida pública no Brasil remonta aos tempos da Colônia, tendo sido criado o primeiro mecanismo de registro da mesma em 1825 por D. Pedro I, desde então as contratações de créditos têm sido prática constante dos administradores públicos, sem medida das conseqüências futuras. Estas operações de crédito são realizadas interna e externamente e acarretam encargos bastante diferenciados, não sendo observado pelos contratantes a

capacidade de solvência do Estado, sobrepondo os interesses políticos aos do bem comum. Prova disso é o fato de o governo brasileiro anunciar a moratória da dívida externa em fevereiro de 1987. Nota-se, portanto, que os interesses políticos podem ser determinantes e antepõe-se aos interesses do Estado.

Antes desse fato, de acordo com Dolinger (1988, p. 18), no segundo semestre de 1983, foi nomeada, no Congresso Nacional, uma comissão para tratar de questões relacionadas à dívida externa, que concluiu por recomendar “o encaminhamento ao Procurador-Geral da República de representação para adoção das medidas processuais e judiciais cabíveis com o enquadramento dos responsáveis por sua prática, nos crimes ali configurados”. Porém o projeto de resolução da CPI da dívida jamais foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

A falta de controle da dívida naqueles anos era tanta, que durante a Assembléia Nacional Constituinte, nos anos antecedentes a 1988, a questão da dívida externa foi levantada muitas vezes, sendo solicitado ao Banco Central esclarecimentos sobre uma série de detalhes relativos à mesma, mas obtiveram poucas respostas conclusivas ou em alguns casos nem foram dadas, como cita Dolinger (1988, p. 19) em seu livro.

Solicitado fosse informado o total da dívida externa brasileira em 31 de dezembro de 1984, o Banco Central esclareceu: não dispor de dados atualizados com base no referencial citado em decorrência de dificuldades técnicas na listagem dos documentos vinculados à dívida externa brasileira.

Para Dolinger (1988) o fato do desconhecimento do montante da dívida externa brasileira impossibilita confirmar se ela foi contratada na forma prevista pela legislação vigente da época, dando a entender que há possibilidade de muitas das contratações terem ocorrido ilegalmente. A própria desatenção com o controle da dívida caracteriza uma irregularidade administrativa, na medida que a legislação da época (Resoluções 62/75 e 93/76 do Senado Federal) obrigava a um controle específico.

O controle da dívida e o equilíbrio entre receita e despesa estão previstos em diversas leis, mas não só o fato de ser legal ou ilegal o ato da administração na contratação das dívidas é que define se ele é benéfico ao Estado.

Há muitas outras implicações decorrentes do ato e em muitos casos, as futuras administrações serão envolvidas diretamente por estas obrigações firmadas, ou seja, quem terá que arcar com os compromissos e gerir as finanças públicas de forma a pagar os juros decorrentes e amortizar o montante da dívida fundada são as administrações que sucederão a estas contratantes, pois o fazem em nome do Estado.

Segundo Giambiagi e Além (2000) para uma empresa o horizonte de tempo com o qual se trabalha é longo e ela deve contemplar o benefício de receber o empréstimo e o ônus de honrá-lo no futuro. Assim, uma pessoa física ou jurídica que se dispuser a realizar sacrifícios para quitar suas dívidas, será premiada pelo pagamento desta, pois terá uma melhora no seu fluxo de caixa.

Já a lógica da dívida pública não é essa, pois o governante que seguir um comportamento desse tipo corre o risco de ser julgado como um administrador inoperante, além de deixar as finanças em melhores condições para o seu sucessor, que pode ser de um partido oposicionista.

Cabe ressaltar que, segundo Cruz (1988) para o governo federal, antes da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Nº 101, de 4 de maio de 2000, não existiam limites para a dívida fundada e para os governos estaduais e municipais os limites eram traçados pelo Senado Federal, sendo o Banco Central do Brasil o responsável pelo acompanhamento da evolução mensal do endividamento destes.

A partir de 2001, com a LRF e as resoluções 40 e 43 do Senado Federal, novos limites para o endividamento foram estabelecidos para a União, os Estados e os Municípios.

A legislação vigente no país que trata da dívida pública é específica para a União e geral para os Estados e Municípios, sendo que estes últimos possuem, ou deveriam possuir, legislação própria estabelecida pelo Poder Legislativo de cada um.

No Estado de Santa Catarina o órgão responsável pelo acompanhamento e controle da evolução da dívida pública é a Secretaria de Estado da Fazenda, que inclusive possui uma gerência própria para cuidar dessa dívida.

Tendo por base estas considerações chega-se a pergunta: *Como é administrada a dívida pública consolidada do Estado de Santa Catarina?*

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em identificar as formas com que o Estado de Santa Catarina administra sua dívida consolidada.

1.3.2 Objetivos Específicos

No tocante aos objetivos específicos busca-se o que segue:

- ✓ identificar a evolução da dívida consolidada catarinense na última década, detendo-se na dívida por contratos e em títulos;
- ✓ identificar a estrutura administrativa adotada no controle interno para o gerenciamento da dívida;
- ✓ tabular a composição da dívida pública de longo prazo da última década; e
- ✓ identificar e analisar algumas vantagens e desvantagens da contratação da dívida pública de longo prazo.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A divulgação de notícias referentes a dívida pública nos órgãos da imprensa fazem menção ao montante da dívida brasileira, no mais das vezes, não pormenorizando por estados ou municípios, dando idéia de que a solução para os problemas decorrentes seja uma fórmula única para a nação ou, ainda, que apenas a União é responsável pelas dívidas existentes. Quando assim procedem não levam em consideração que as Unidades Federativas possuem características próprias e que seus déficits são decorrentes de problemas diferentes. Desta forma as notícias divulgadas são incompletas e vagas à sociedade como um todo.

A promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Nº 101, de 4 de maio de 2000, foi anunciada com grande entusiasmo como solução para que fosse retomado e mantido o equilíbrio das receitas e despesas públicas. Já se passaram cinco anos desse fato e certamente ocorreram mudanças na administração das finanças do Estado de Santa Catarina, mas se foram para melhor e em que proporções, é pouco divulgado.

Desse modo, esta pesquisa busca contribuir no sentido de proporcionar dados e informações que permitam a sociedade e aos gestores públicos do Estado de Santa Catarina uma melhor compreensão do que é a dívida pública de longo prazo, abordando, ainda que parcialmente, algumas conseqüências advindas das contratações da dívida, bem como suas implicações legais.

1.5 METODOLOGIA

Compreender o mundo em sua volta parece ter sido uma preocupação de praticamente todas as culturas na história da humanidade. O homem necessita explicar as coisas e para isso

formula questões que o orientam sobre o que conhecer. A respeito da necessidade que envolve este assunto:

A busca de conhecimento está, desde o início, associada à necessidade de saciar a curiosidade intelectual e à de ter algum tipo de controle sobre a ambiência. Fosse o mundo um paraíso, talvez o homem não tivesse se deparado com a urgência de trilhar a pedregosa e incerta estrada do conhecimento. (OLIVA, 2003, p. 7)

O conhecimento é um processo lento e gradual, para Oliva (2003, p 7) o homem “aos poucos foi desenvolvendo a capacidade de dar respostas inteligentes aos problemas”, comenta, ainda, que o homem gradualmente acumula o saber e o transmite de geração em geração.

Entende-se assim que a necessidade de respostas aliada a capacidade de raciocínio permitem ao homem o desenvolvimento de estudos em todos os assuntos, seja real ou imaginário.

Para Bervian e Cervo (1978, p 4) o conhecimento implica em dualidades como: homem-natureza, homem-sociedade e homem-Deus, ou seja, o sujeito cognoscente de um lado e do outro o objeto conhecido. É “pelo conhecimento que o homem penetra as diversas áreas da realidade para delas tomar posse”. Áreas estas que os autores dividem em quatro: empírico, teológico, filosófico e científico.

Para estes o conhecimento empírico ou popular, ocorre de modo espontâneo, no trato direto com as coisas, ou seja, que se adquire sem haver procurado ou estudado; o teológico ou mítico, é aceito mediante dados da revelação divina, aceitando a explicação de alguém que já tenha desvendado o mistério; o filosófico é constituído de realidades imediatas, não perceptíveis pelos sentidos, não passíveis de experimentação; já o conhecimento científico é real, porque lida com ocorrências e fatos, tem sua veracidade ou falsidade conhecida por meio de experimentação e é produzido pela investigação científica, por meio de métodos sistemáticos de pesquisa.

Assim, é o conhecimento científico que permite ao homem elaborar estudos e obter respostas práticas para os problemas do seu cotidiano, podendo inclusive comprovar os resultados alcançados nas pesquisas.

Pesquisa, segundo Lakatos e Marconi (2001), consiste no levantamento de dados de várias fontes, podendo ser direta ou indireta. As diretas referem-se aos levantamentos executados onde o fenômeno ocorre. As indiretas, aos coletados por outras pessoas, podendo ser em documentos – fontes primárias – ou bibliográficas – fontes secundárias.

As fontes bibliográficas permitem o desenvolvimento da pesquisa por meio de material publicado que tratem do assunto, o que é o caso do tipo de procedimento de elaboração desta monografia.

Lakatos e Marconi (2002, p.15) escrevem que embora não haja um consenso entre os estudiosos sobre o conceito de pesquisa, “de acordo com *Webster’s International Dictionary*, a pesquisa é uma indagação minuciosa ou exame crítico e exaustivo na procura de fatos e princípios; uma diligente busca para averiguar algo. Pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.”

Para Oliva (2003, p. 23) o “método científico estipula um conjunto geral de regras e técnicas com base nas quais deve ser feita a pesquisa”,

As regras disciplinam a pesquisa para que o autor não perca o foco estipulado e permita que os objetivos sejam atingidos, principalmente para os iniciantes nesta arte.

Lakatos e Marconi (2001, p.151) definem que “a monografia é o primeiro passo da atividade científica do pesquisador” e complementam que algumas faculdades exigem que seus alunos realizem um trabalho científico no final do curso.

Embora durante o curso de formação o acadêmico faça pesquisas e apresente resultados contundentes é no final do curso que realiza um trabalho aprofundado e específico.

Para Beuren (2003, p. 40) “monografia é um trabalho acadêmico que objetiva a reflexão sobre um tema ou problema específico e que resulta de um procedimento de investigação sistemática” e é por meio da pesquisa bibliográfica que se pode iniciar a pesquisa em um nível específico, buscando os estudos realizados por outros pesquisadores.

Conforme Cervo e Bervian (1983, apud BEUREN et al 2003) a pesquisa bibliográfica “explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos”. Desta forma, a pesquisa bibliográfica objetiva recolher informações e conhecimentos prévios, procurando respostas a um certo problema definido.

Para que o pesquisador não se perca em assuntos paralelos ou até fora da área de pesquisa existe a necessidade de que o tema seja delimitado.

Segundo Santos e Lehfeld (1993, apud BEUREN et al 2003) um trabalho monográfico tem como característica essencial a limitação do tema, para propiciar um estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos.

A finalidade desta pesquisa é esclarecer um problema proposto, para tanto será adotada uma pesquisa explicativa quanto aos objetivos, com abordagem qualitativa e quantitativa do problema, baseada em documentos e bibliografias que facilitem a interpretação dos fatos a serem observados, apresentado na forma de uma monografia, com o estudo dirigido à dívida pública consolidada do Estado de Santa Catarina.

1.6 LIMITAÇÃO DO TEMA

O objetivo geral da pesquisa consiste em identificar as formas com que o Estado de Santa Catarina administra sua dívida consolidada, tendo como objetivo específico identificar sua evolução, a estrutura administrativa adotada no controle interno para o seu gerenciamento,

tabular sua composição e identificar e analisar algumas vantagens e desvantagens de sua contratação.

A limitação teórica está na escassez de trabalhos que tratem especificamente do assunto. Em pesquisas realizadas nas bibliotecas da UFSC, pública do Estado, do TCE e em sítios eletrônicos, como o da Secretaria do Tesouro Nacional, não foram encontradas obras que tratem da dívida pública consolidada de Santa Catarina. O que contribui para a relevância e importância da realização desta pesquisa.

A tabulação e análise de períodos onde ocorre inflação necessitam de utilização de ferramentas matemáticas para expressar valores aproximados da realidade de uma data específica, para que seja possível a comparação de uma série.

Assim, a utilização de deflatores foi feita dentro de conceitos usados pelo TCE, não se detendo a intenção de demonstrar detalhamento de elementos ou fórmulas alternativas, descrições de fórmulas matemáticas concorrentes.

Optou-se por limitar a coleta de dados para o período com base nas demonstrações contábeis do ano de 1994 até o término do exercício financeiro de 2004, que já possui os balanços publicados e analisados pelo TCE.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho segue, basicamente, as instruções de Sousa e Beuren (2003) quanto a apresentação e estrutura de um trabalho de caráter científico.

Estruturado com elementos pré e pós-textuais e em quatro capítulos textuais, sendo nestes apresentados o conteúdo do trabalho.

O capítulo 1 apresenta uma introdução ao assunto, mencionando o tema e problema que serão desenvolvidos e a metodologia da pesquisa.

No capítulo 2 está a fundamentação teórica dos assuntos abordados.

No capítulo 3 apresenta-se a descrição e análise dos dados desenvolvidos pelo pesquisador em consonância com os objetivos traçados e as delimitações impostas.

O capítulo 4 faz as considerações finais do trabalho e apresenta recomendações.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se uma visão geral de temas necessários para fundamentar teoricamente o desenvolvimento da pesquisa. Sendo, inicialmente, abordado o conceito de Estado, em seguida serão caracterizados: o Estado de Santa Catarina, receita pública, despesa pública e dívida pública.

2.1 ESTADO

A conceituação do Estado necessita de uma busca das suas origens, que está diretamente ligada a evolução do homem que, incapaz de sobreviver no individualismo ou isolamento de seus pares, passa a viver em comunidade.

A convivência em grupo seja de natureza familiar ou comunitária, exige necessariamente a fixação de limites às liberdades de cada um dos indivíduos que integre o conjunto social, forçando ao grupo que crie mecanismos de controle ao ímpeto individual de autotutela e livre arbítrio contrários ao conjunto. É então que, para Bobbio (1987), surge a figura do Estado.

O Estado, portanto, é o ordenamento político de uma comunidade, ao qual foi delegado o papel de garantir à sociedade e aos seus membros tudo aquilo que individualmente a estes fosse difícil ou impossível de obter. Fala-se neste momento tanto das questões ligadas ao bem estar (segurança, saúde, alimentação, educação) quanto também da regulação e disciplina das relações mantidas internamente entre cada um dos membros da coletividade,

fazendo com que cada membro observe respeito as regras necessárias à manutenção da vida em sociedade, utilizando, se necessário, o uso da força.

Segundo Bobbio (1987, p. 94) “constitui-se de três elementos: povo, território e soberania”. A condição fundamental para que o Estado seja perfeito pressupõe a presença conjugada e concomitante desses três elementos e a ausência de algum destes, ou mesmo sua descaracterização, retira dessa estrutura a plena qualidade de ser considerado Estado.

Sendo a condição de existência a presença dos três elementos não poderia ser dito que uma tem mais importância que a outra, mas a soberania torna-se o componente fundamental do Estado, pois é ela que integra em uma só unidade o povo e o território e a expressa na forma de poder político supremo, como ressalta:

O Estado é o detentor da soberania, ou seja, é quem possui o poder supremo, absoluto e incontestável, que não reconhece, acima de si, nenhum outro poder. Assim, a soberania define-se pelo poder político que se configura na faculdade de ordenar a organização social e de deliberar sobre assuntos de natureza coletiva. (PEREIRA, 1999, p. 51)

Assim é a soberania que permite ao povo viver, numa organização social, sobre um determinado território e ser reconhecido como Estado pelos demais.

No Dicionário Aurélio, Estado é definido como: “Organismo político-administrativo que, como nação soberana ou divisão territorial, ocupa um território determinado, é dirigido por governo próprio e se constitui pessoa jurídica de direito público, internacionalmente reconhecida.”

Nessa concepção o primeiro artigo da Constituição Federal de 1988 define que a República Federativa do Brasil constitui-se em um Estado democrático de direito e é formada pela união indissolúvel dos Estados (Unidades Federativas), Municípios e do Distrito Federal.

2.2 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

O Brasil é um país de grande extensão territorial, quinto lugar no mundo, com uma área de 8.547.403 km², situado ao Leste da América do Sul, é habitado por mais de 182 milhões de brasileiros (valor estimado de 182.722.318 para 1º de janeiro de 2005 – Fonte: IBGE).

Assim tem-se dois componentes da tríade necessária para a composição de um Estado e para caracterizar o terceiro buscar-se-á na história dois fatos que caracterizam a soberania brasileira.

O primeiro é transmitido às crianças que ingressam no mundo das letras nos seus primeiros anos de estudo e é relatado da seguinte forma:

A 7 de setembro de 1822, às margens do arroio Ipiranga, em São Paulo... D. Pedro recebia, pela última vez, uma ordem das cortes lisboetas, pois, ao declarar “Independência ou morte!”, proclamava definitivamente a separação entre Brasil e Portugal. (NAPOLÉÃO, 1999, p. 68)

Somente o fato da proclamação da independência não é suficiente para que haja soberania, pois necessita de reconhecimento internacional para ser considerada uma nação independente.

O segundo, também citado por Napoleão (1999), é o tratado de 29 de agosto de 1825, em que D. João VI, imperador português, faz do Brasil um Estado separado, estrangeiro, e independente de Portugal, reconhecendo D. Pedro como soberano deste Império.

Após este tratado outros países também reconheceram o Brasil como uma nação independente e soberana.

Atualmente o Brasil é uma República Federativa composta por 26 Estados e um Distrito Federal, onde se encontra localizada a capital do país, Brasília. Cada Estado tem o seu próprio governo, com uma estrutura que reflete a do sistema federal, e goza de todos os

poderes - definidos em sua própria Constituição - que não estejam especificamente reservados ao governo federal ou atribuídos às prefeituras municipais.

Esta organização refere-se à forma pela qual o Estado está estruturado para atingir seus fins, sendo que devem sempre conservar os princípios da supremacia do interesse público sobre o privado.

2.3 O ESTADO DE SANTA CATARINA

Um dos Estados membros da República Federativa do Brasil o Estado de Santa Catarina tem em sua Constituição estabelecido inseparabilidade do país e a forma de governo, bem como seus fundamentos:

Art. 1º - O Estado de Santa Catarina, unidade inseparável da República Federativa do Brasil, formado pela união de seus Municípios, visando a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, preservará os princípios que informam o Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania nacional;

II - a autonomia estadual;

III - a cidadania;

IV - a dignidade da pessoa humana;

V - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

VI - o pluralismo político.

Art. 2º - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

(SANTA CATARINA, 1989)

O artigo 2º define que o poder emana do povo que o exerce por representantes eleitos pelo voto direto, ou diretamente, devendo os eleitos administrá-lo de forma a melhor atender as necessidades da sociedade. Assim a população apta ao voto vai às urnas e elege, por períodos de quatro anos, seus representantes que comporão a assembléia legislativa e o governador e vice-governador, que assumirão o comando do poder executivo.

O sítio eletrônico do Governo do Estado de Santa Catarina, disponível no endereço www.sc.gov.br na rede mundial de computadores, informa as características e história dessa terra, acrescida aqui por uma manchete de um dos jornais de maior circulação no Estado.

Está localizado na Região Sul do Brasil e possui área de 95.442,9 km², com relevo de planícies litorâneas, enseadas e ilhas ao longo da costa e uma área serrana que faz parte do planalto Atlântico. Cerca de dois terços de sua área correspondem ao planalto Arenito-Basáltico, a mais vasta parcela do planalto Meridional brasileiro. Essa área é cortada pelo rio Uruguai e seus afluentes

Possui uma população de 5.814.734 (valor estimado para 1º de janeiro de 2005 – Fonte: IBGE), distribuída em 293 municípios, tem como capital a Cidade de Florianópolis, situada na ilha de Santa Catarina, que teve origem num povoado fundado em 1658.

A população é formada por grupos étnicos de origens diversas, que emigraram para a região a partir do século XVII, em movimentos de colonização de iniciativa tanto oficial quanto particular. Entre os grupos mais significativos de imigrantes encontram-se os alemães e os italianos. Os primeiros instalaram-se em maior número nos municípios de São Pedro de Alcântara (1829), Piedade e Santa Isabel (1847), Blumenau (1850), D. Francisca (1851), Santa Tereza (1854), Teresópolis e Brusque (1860); os italianos deram origem aos municípios de Nova Itália (1836) e Azambuja (1877). Imigrantes de outras nacionalidades também fundaram as colônias que hoje formam os diferentes municípios do Estado, entre eles destacam-se os belgas, irlandeses, poloneses, russos, holandeses e espanhóis.

Os portugueses originários das ilhas dos Açores e da Madeira chegaram ao Estado na primeira metade do século XVIII e se instalaram no litoral, enquanto os outros grupos de origem européia penetraram pelo interior, colonizando a região oeste. Há cerca de 40 anos começaram a chegar imigrantes japoneses, que se instalaram na região central.

A economia baseia-se na atividade industrial, no extrativismo de minérios e na agropecuária.

As indústrias de maior expressão encontram-se no setor agroindustrial, metal mecânico, têxtil, de cerâmica, de máquinas e equipamentos e eletroeletrônico. No entanto, é significativa também a produção de artigos de plástico e móveis em madeira de pinho.

O jornal Diário Catarinense, edição de 9 de outubro de 2005, traz como manchete a notícia: “Onze empresas de SC faturam R\$ 44 bilhões” e complementa “Crescimento, em quatro anos, chega a 164%”. Números significativos que chamam a atenção, tanto que a repórter Simone Kafruni, responsável pela matéria, chama de “clube do bilhão” as empresas que atingiram esta marca. Dentre as onze encontram-se cinco agroindústrias, que representam 70% do faturamento das grandes e empregam mais de 100 mil funcionários diretos. Para completar esta seleta relação estão três empresas do setor metalmeccânico, duas de energia e uma do setor plástico.

A distribuição, embora não seja uma regra, das indústrias é regionalizada. Na região do vale do Itajaí (nordeste do estado) concentra-se a maior parte das indústrias têxteis. As indústrias de cerâmica e porcelana, localizadas principalmente na região central do Estado. As fábricas do setor metalmeccânico, em sua maioria, estão situadas na região norte. Na região oeste predominam as agroindústrias.

O setor agroindustrial funciona de forma integrada, com o fornecimento do pacote tecnológico por parte da indústria (animais selecionados, ração e assistência técnica), em troca da exclusividade para a compra do produto dos agricultores. Esse processo vem garantindo a capacidade competitiva da agroindústria de Santa Catarina diante das maiores indústrias do mundo no setor agropecuário, especialmente na comercialização de aves e suínos.

A produção agrícola ocupa 25% da área total do Estado, ali encontrando-se também uma das maiores concentrações de granjas avícolas do mundo e de criação de suínos.

Entre os produtos agrícolas de maior relevância para a economia destacam-se o arroz, milho, alho, cebola, fumo, feijão e a maçã, cuja colheita em Santa Catarina representa mais da metade da produção anual do país, que é de 480 toneladas. A produção de mel também é significativa, além da pesca industrial em larga escala, tanto de camarão como de outros frutos do mar.

Existem 420 mil hectares de área reflorestada, especialmente com pinheiros, nas regiões de planalto do Estado, que fornecem matéria-prima para as indústrias de papel e celulose, móveis e outros produtos fabricados em madeira.

As diferentes regiões apresentam características físicas, climáticas e culturais diversificadas, com paisagens naturais de rara beleza, desde as praias do litoral às montanhas que se estendem a 100 km da costa, em altitudes de até 1.800m. Essa diversidade da paisagem de Santa Catarina torna a região atrativa a turistas tanto no verão como no inverno.

Não há grandes concentrações populacionais e as cidades são, em sua maioria, pequenas e distribuídas uniformemente por todo o Estado.

Das 170 praias ao longo do litoral, destacam-se as de Balneário Camboriú e as da ilha de Santa Catarina como as mais procuradas por turistas nacionais e estrangeiros, especialmente argentinos. No Balneário de Penha (próximo ao Balneário de Camboriú) encontra-se o 5º maior centro de lazer e entretenimento do mundo, o Beto Carrero World.

Nota-se que, mesmo sendo o menor Estado da região sul, é muito promissor devido a sua diversidade econômica, não estando sujeito a dificuldades maiores quando da crise em um determinado setor produtivo.

2.4 FINANÇAS PÚBLICAS

Tratar de finanças públicas é tratar de atividades financeiras do Estado, não só das suas receitas ou despesas, mas também de suas intervenções para prover as necessidades da população.

É certo que para atender aos interesses da comunidade necessita manter uma política fiscal constante, o que faz orientada em duas direções: tributária e orçamentária. A primeira refere-se a captação de recursos e a segunda a aplicação destes.

Segundo Giambiagi e Além (1999) para que os objetivos do Estado de prover o bem comum e regular o funcionamento da sociedade possam ser atingidos há a necessidade de cumprir com três funções básicas: alocativas, distributivas e estabilizadoras.

Acrescentam que apesar de básicas estas funções são bastante complexas, pois visam o desenvolvimento equilibrado de todos os setores, buscando de forma permanente elevar a qualidade de vida da população e estimular a geração de empregos, redistribuição da renda, redução da pobreza, e outras.

Para que isso ocorra o governo deve construir as condições adequadas para o exercício de autoridade econômica, política e administrativa para gerir em todos os níveis os negócios e atividades em seu território.

Muitas são as críticas e comparações do setor público com o privado que é considerado mais eficiente, porém Giambiagi e Além (1999) lembram que o princípio da não-exclusão deve ser preponderante para o setor público, ao contrário do privado, que aplica o da exclusão, ou seja, quem pretender usufruir um bem deve pagar por ele.

Logo, a função alocativa diz respeito à destinação de recursos por parte do governo a fim de oferecer bens públicos (rodovias, segurança), bens semipúblicos ou meritórios (educação e saúde) e de desenvolvimento (construção de hidroelétricas); a função distributiva,

que se destina a redistribuição de rendas realizada através das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais; e a função estabilizadora, orientada para a aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade diante da incapacidade do mercado em assegurar esses objetivos.

Dessa forma, a organização político-administrativa do Estado determina quem são os entes públicos e suas responsabilidades, já as finanças públicas indicam a maneira como estes entes deverão trabalhar para atingir seus fins, planejando, executando e prestando contas das receitas e dos gastos realizados pelo Estado. Para tanto, o Estado dispõe de instrumentos de planejamento, tais como: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

A Controladoria-Geral da União, no manual Gestão de Recursos Federais, resume em poucas palavras os instrumento acima citados:

Plano Plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento de amplo alcance, cuja finalidade é estabelecer os programas e as metas governamentais de longo prazo. Atualmente sua vigência é de quatro anos e uma das suas características é a regionalização, pois serve de instrumento para diminuir as desigualdades entre as diferentes regiões.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento intermediário entre o PPA e a LOA, que antecipa as diretrizes, as prioridades de gastos, as normas e os parâmetros que devem orientar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício seguinte.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o plano de trabalho para o exercício a que se refere, expresso por um conjunto de ações a realizar, com fim de atender às demandas da sociedade e indicar os recursos necessários à sua execução. (BRASIL, 2005, p. 12)

As finanças públicas são disciplinadas, dentre outros, pela Constituição Federal, pela Lei nº 4.320/64 e pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Estes normativos definem as linhas de atuação dos governos federal, estadual, distrital e municipal, principalmente quanto ao planejamento das receitas e despesas públicas que constituem o orçamento público.

2.5 RECEITA PÚBLICA

Em se tratando de contabilidade pública a receita é conceituada por Cruz (1988) como sendo todo e qualquer recolhimento de recursos feitos aos cofres públicos, quer seja realizado sob a forma de numerário, ou de outros bens representativos de valores, que o governo tem o direito de arrecadar em virtude da Constituição, leis, contratos ou de quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do Estado, ou ainda, decorrente de uma arrecadação com objetivo específico cujo montante recolhido não lhe pertença, figurando o Estado apenas como mero depositário de valores de terceiros (cauções, depósitos, retenções, etc.). Note-se que, via de regra, qualquer recurso recebido pelo Estado é considerado uma receita pública.

As receitas se classificam em duas categorias econômicas: receitas orçamentárias e receitas extra-orçamentárias.

Referem-se a receitas extra-orçamentárias, os restos a pagar, as restituições a pagar e os débitos de tesouraria.

As orçamentárias dividem-se em correntes e de capital. Entende-se por receita corrente as que incluem as contas representativas da receita tributária, de contribuições, patrimonial, industrial, agropecuária e de serviços, bem como as transferências recebidas para atender as despesas correntes. Já as de receitas de capital são obtidas por operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos a terceiros, transferências de capital e outras receitas de capital e são receitas que serão aplicadas nos gastos que resultarão em investimentos, inversões financeiras ou transferências de Capital.

Para fins contábeis é relevante a classificação entre receitas por mutação patrimonial e receita efetiva, que são conceituadas por Cruz (1988, p. 40) da seguinte forma:

Receita Efetiva – é a receita orçamentária realmente arrecadada no exercício financeiro para a qual não ocorreu um aumento no passivo ou uma diminuição no ativo. Contribui, portanto, para o aumento efetivo do patrimônio.

Receita Por Mutação Patrimonial – é a receita orçamentária decorrente de uma arrecadação oriunda da saída de um bem ou direito do ativo ou do acréscimo das obrigações para com terceiros. Não contribui, portanto, para o aumento efetivo do patrimônio, ocasionando apenas um efeito permutativo.

Assim a receita efetiva contribui para o aumento do patrimônio público, enquanto que na receita por mutação patrimonial ocorre apenas uma variação qualitativa do patrimônio, que permanece no mesmo valor.

2.6 DESPESA PÚBLICA

É o desembolso realizado pelo Estado para atender ao interesse da comunidade nos termos da Constituição, das leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos.

Constitui despesa pública todo e qualquer pagamento efetuado a qualquer título pelos agentes pagadores. São os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados a execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais, bem como à satisfação dos compromissos da dívida pública. (KOHAMA, 2000, pág. 109).

A despesa pública classifica-se em dois grandes grupos: Orçamentária e Extra-Orçamentária.

Despesa Orçamentária é aquela cuja realização depende de autorização Legislativa. Não pode ser realizada sem crédito orçamentário correspondente, em outras palavras, é aquela despesa que faz parte e integra o orçamento, despesa discriminada e fixada no orçamento público. Divide-se em duas categorias econômicas: a) correntes, que se destina à manutenção dos órgãos da administração, são despesas de natureza operacional, não contribuem diretamente na formação e consecução de um bem de capital e se dividem em despesas de custeio e transferências correntes; b) de capital, realizadas com o propósito de adquirir novos bens de capital, ou mesmo, adquirir bens de capital já em uso, como é o caso dos investimentos e inversões financeiras, respectivamente, que constituíram, em última análise, incorporações ao patrimônio público.

Já a Despesa Extra-Orçamentária é paga a margem da Lei Orçamentária, isto é, não integra ao orçamento e, portanto, independente de autorização Legislativa, pois se constitui em saídas do passivo financeiro, compensatórias de entradas no ativo financeiro, oriundas de receitas extra-orçamentárias, correspondente a restituição de valores recebidos com cauções, depósitos e consignações.

Da mesma forma que as receitas, para fins contábeis é relevante a classificação entre despesas por mutação patrimonial e despesa efetiva, que são conceituadas por Cruz (1988, p. 59) da seguinte forma:

Despesa Efetiva – é a despesa orçamentária que não contribui simultaneamente para elevar o patrimônio com novos bens ou com a diminuição de obrigações de longo prazo. Exclui-se, portanto, das despesas efetivas todos os investimentos.

Despesa Por Mutação Patrimonial – é a despesa orçamentária decorrente de um gasto oriundo do ingresso no ativo permanente ou de um gasto da diminuição do passivo permanente.

Assim a despesa efetiva contribui para a diminuição do patrimônio público, enquanto que a despesa por mutação patrimonial não. Para exemplificar pode-se citar o pagamento do principal da dívida de longo prazo como uma despesa por mutação patrimonial, já o pagamento dos juros incorridos como uma despesa efetiva.

2.7 DÍVIDA PÚBLICA

Trata-se dos compromissos assumidos pelo Estado para com terceiros, compreendendo-se em empréstimos internos ou externos, podendo ser de curto ou longo prazo, sendo esta classificada como consolidada ou fundada e aquela como flutuante.

Para Cruz (1988, p. 67) a dívida flutuante é “composta por valores arrecadados a título de receita extra-orçamentária e por empréstimos por antecipação de receita”, não depende de autorização legislativa.

A dívida consolidada é proveniente de recursos obtidos pelo governo sob a forma de financiamentos ou empréstimos, mediante celebração de contratos, emissão ou aceite de títulos ou concessão de quaisquer garantias que representam compromisso assumido para resgate em exercício subsequente, podem ter origem tanto interna quanto externa, ou seja, no país ou fora dele.

Os conceitos relativos a dívida pública introduzidos nos termos da Lei 4.320/64 ainda valem para os dias atuais e as definições modernas estão a corroborar com esta. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as Resoluções 40/01 e 43/01 complementam com algumas proposições os assuntos que tratam da dívida pública.

Dívida Pública Consolidada ou Fundada - montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

Dívida Pública Mobiliária - dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

Operação de Crédito - compromisso financeiro assumido em razão de mútuo (empréstimo), abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

Equipara-se à operação de crédito a assunção (ato em que o ente, em consenso com o credor, se responsabiliza pelo débito do devedor), o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16 da LRF (que condicionam o aumento de despesa a estimativa de impacto orçamentário-financeiro nos

três primeiros exercícios de sua vigência e também à adequação orçamentária e financeira com a LOA, o PPA e a LDO). Como exemplo cita-se o parcelamento de dívidas com o INSS, com o FGTS, com empresas estatais de água e energia, etc. Essas transações deverão ser consideradas para fins de verificação do limite para contratação de operações de crédito.

Concessão de garantia - compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.

Refinanciamento da Dívida Mobiliária - emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária. O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, ao montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

Dívida Consolidada Líquida - dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, ou seja, dívida consolidada deduzida do ativo financeiro.

Receita Corrente Líquida (RCL) - a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 11 (onze) meses anteriores, excluídas as duplicidades. No Estado este cálculo representa o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviço, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional.

Embora pareça não ser harmônico constar conceito de receita num título de dívida, este faz-se necessário, pois é trazido como parâmetro para o controle do endividamento, como poderá ser visto no item seguinte.

2.8 CONTROLE DO ENDIVIDAMENTO PÚBLICO

O art. 52 da CF/88, em seu inciso VII, estabelece que é de competência do Senado Federal dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito dos entes da Federação. Assim, o Senado emitiu a Resolução nº 69/95, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.

Art. 4º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive a concessão de quaisquer garantias, observarão os seguintes limites:

I - o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ultrapassar o valor dos dispêndios com amortizações, juros e demais encargos da dívida vencida e vencível no ano, efetivamente pagos e a pagar, considerados os critérios de refinanciamento vigentes para a dívida mobiliária e para o endividamento externo, atualizados monetariamente, ou vinte e sete por cento da Receita Líquida Real, o que for maior;

II - o dispêndio anual máximo com as amortizações, juros e demais encargos de todas as operações de crédito, já contratadas e a contratar, inclusive o originário do parcelamento de débitos relativos às contribuições sociais de que tratam os arts. 195 e 239 da Constituição Federal, e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, acrescido, ainda, do valor devido, vencido e não pago, não poderá exceder a Margem de Poupança Real, ou dezesseis por cento da Receita Líquida Real, o que for menor.

§ 1º Entende-se como Receita Líquida Real, para os efeitos desta Resolução, a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos Estados, as transferências aos Municípios por participações constitucionais e legais. (BRASIL, 1995)

Posteriormente esta resolução foi revogada pela de nº 78/98, que dispõe sobre o mesmo assunto, adequando-a a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, vedando qualquer operação de crédito que represente violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União.

A promulgação da Resolução do Senado Federal nº 40/2001 dispôs sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 3º A dívida consolidada líquida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, não poderá exceder, respectivamente, a:

I - no caso dos Estados e do Distrito Federal: 2 (duas) vezes a receita corrente líquida, (BRASIL, 2001)

Note-se que o prazo previsto é de quinze anos para que os Estados possam se adequar a relação prevista entre a RCL e a dívida consolidada líquida.

Revogando a Resolução nº 78/98, ainda em 2001, o Senado emitiu a Resolução nº 43/2001, que complementa outros limites que o Estado deve observar:

Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão, ainda, os seguintes limites:

I - o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida, definida no art. 4º;

II - o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida;

III - o montante da dívida consolidada não poderá exceder o teto estabelecido pelo Senado Federal, conforme o disposto pela Resolução que fixa o limite global para o montante da dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2001)

Com a observação nas resoluções citadas é possível resumir os limites definidos para o endividamento público, no quadro abaixo, facilitando o entendimento.

LIMITES DO ENDIVIDAMENTO ESTADUAL	
Discriminação dos itens	Limite estabelecido
Dívida Consolidada Líquida	2 vezes a RCL
Operações de Crédito em cada exercício	16% da RCL
Comprometimento anual com amortização, encargos e juros	11,5% da RCL

Quadro 1 - Limites do endividamento estadual

Fonte: Resoluções 40/01 e 43/01 do Senado Federal

Já mencionada anteriormente, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. É um código de conduta para os administradores públicos que devem obedecer a normas e limites para administrar as finanças, prestando contas de quanto e como gastam os recursos da sociedade.

Para alcançar este objetivo a Lei dispõe de meios, dentre os quais destaca-se a ação planejada e transparente na busca do equilíbrio das contas públicas, cujas metas de resultado entre receitas e despesas devem ser cumpridas. Ela objetiva disciplinar a gestão dos recursos públicos atrelando maior responsabilidade aos seus gestores.

A LRF traz um capítulo específico “Da Dívida e do Endividamento”, onde constam as seguintes seções: *Definições Básicas, Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito, Da Recondução da Dívida aos Limites, Das Operações de Crédito, Da Contratação, Da Garantia e da Contragarantia e Dos Restos a Pagar.*

A seção referente a recondução da dívida aos limites estabelece as condições e os prazos para que os Estados e Municípios reconduzam a dívida aos respectivos limites de endividamento, tanto da dívida mobiliária como das operações de crédito internas e externas. Mensalmente, o Ministério da Fazenda divulgará relação dos Estados e Municípios que ultrapassarem os limites de endividamento estabelecido, bem como disponibilizará por meio eletrônico, centralizado e atualizado, as dívidas públicas internas e externas.

Quando o ente ultrapassar os seus limites ao final de um quadrimestre, deverá retornar aos mesmos nos três quadrimestres seguintes, eliminando pelo menos 25% no primeiro período, enquanto estiver acima dos limites, estará sujeito às seguintes punições fiscais:

Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

II - obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

§ 2º Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

§ 3º As restrições do § 1º aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º O Ministério da Fazenda divulgará, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.

§ 5º As normas deste artigo serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas. (BRASIL, 2000)

A LRF também faz referência a resultado primário, que é a diferença entre o montante da receita e o montante das despesas, excluídas as com os encargos da dívida, em um determinado período e deve ser demonstrada.

Essa demonstração é parte integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e evidencia o desempenho fiscal no decorrer da execução orçamentária. O não atendimento da existência de resultado primário positivo (superávit primário), implica na limitação de empenho.

Toda esta normatização torna o acesso ao crédito bastante restrito e obriga os governantes a tomar posição com vistas a colocar as finanças em dia, mesmo que, em muitos casos, haja sacrifício em investimentos.

A aplicação da normatização é um dos pontos básicos para a descrição e análise dos dados referentes ao período de 1994 até 2004, na gestão da dívida consolidada de Estado de Santa Catarina a ser abordado no capítulo seguinte.

2.9 DEFLACIONAMENTO

Para que a análise de uma série histórica onde ocorre inflação possa apresentar os resultados desejados torna-se necessário a atualização dos valores para uma data específica.

Assim, o deflacionamento consiste em transformar valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) mediante um índice de inflação denominado deflator, que reflete a evolução dos preços dos produtos e serviços adquiridos pelos indivíduos numa economia.

Nesta monografia é utilizada a variação do IGP-DI, pois diversas unidades dos governos Estadual e Federal fazem uso desse indexador em atualizações e análises de comportamento de fluxos financeiros. Dentre os órgãos que se utilizam desta ferramenta está o TCE.

O Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP-DI é calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Procura medir os preços que afetam diretamente as unidades econômicas situadas dentro do território brasileiro. Das ponderações é excluída a parte do produto interno que é exportada. O período de coleta vai do primeiro ao último dia do mês de referência e a divulgação ocorre próxima ao dia 20 do mês posterior. O índice foi criado em 1947 com o objetivo de balizar o comportamento de preços gerais da economia.

Este índice é uma média aritmética ponderada composta pelos seguintes fatores: Índice de Preços no Atacado (IPA) - onde entram preços praticados no mercado atacadista e representa 60 % do IGP-DI. Índice de Preços ao Consumidor (IPC) - a coleta de dados ocorre nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro dentre as famílias que têm uma renda de 1 a 33 salários mínimos, representa 30 % do índice. Índice Nacional de Construção Civil (INCC) - onde são avaliados os preços no setor de construção civil, não só de materiais como de mão-de-obra, representa 10 %.

Os preços corrigidos por este deflator crescerão em valor absoluto, mas permanecerão com valores reais comparáveis a preços do último valor do período.

3 – DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA CATARINENSE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo está descrito o desenvolvimento da pesquisa, baseada em informações colhidas nas diversas fontes disponíveis, expondo os assuntos de forma lógica. Com início na demonstração da estrutura administrativa empregada no controle da dívida pública, seguida da tabulação nominal desta e da legislação pertinente a ela. Posteriormente apresenta-se um resumo das funções do Tribunal de Contas do Estado e os pareceres prévios apresentados.

A análise do endividamento é apresentada com a utilização de deflator, convertida em dólar e de forma relativa a outros indicadores econômicos.

A busca de dados para atingir os objetivos propostos para a pesquisa teve início nos sítios eletrônicos dos órgãos públicos envolvidos direta ou indiretamente com a dívida pública estadual e são citados nas referências desta monografia.

3.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA EMPREGADA NO CONTROLE INTERNO DA DÍVIDA

Busca-se aqui apresentar a organização empregada pelos órgãos responsáveis pela gestão da dívida e o que vem a ser o controle interno, que possui obrigação legalmente prevista, como por exemplo:

A Constituição Federal de 1988 trata de controle interno governamental, nos seus artigos 70 e 74:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Art. 71 (...)

Art. 72 (...)

Art. 73 (...)

Art. 74 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária. (BRASIL, 1988)

No âmbito de Santa Catarina, a Constituição Estadual de 1989 prevê, em seus artigos 58 e 62, praticamente os mesmos dispositivos.

Para Silva (2004, p 212) “O controle interno tem por finalidade proteger e salvaguardar os bens e outros ativos contra fraudes, perdas ou erros não intencionais, além de assegurar o grau de confiabilidade das informações contábeis e financeiras”.

Embora não houvesse explícito a responsabilidade do controle interno, esse envolve diretamente a área contábil e financeira, que no Estado de Santa Catarina é centralizada na Secretaria de Estado da Fazenda. Durante o período pesquisado, encontra amparo legal no art. 41 da Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, que expõe:

Art. 41. À Secretaria de Estado da Fazenda, como órgão central do Sistema de Administração Financeira e do Sistema de Administração Contábil e Auditoria compete:

I - coordenar os assuntos afins e as ações interdependentes que tenham repercussão financeira;

II - formular a política de crédito do Governo do Estado;

III - definir as prioridades relativas à liberação dos recursos financeiros com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso, de forma articulada com a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - desenvolver as atividades relacionadas com:

a) tributação, arrecadação e fiscalização;

b) administração financeira, contábil e auditorial;

c) despesa e dívida pública ativa e passiva;

d) contencioso administrativo-tributário;

e) supervisão, coordenação e acompanhamento do desempenho das entidades financeiras do Estado;

V - coordenar e controlar a cobrança da dívida ativa na esfera administrativa, de forma articulada com a Procuradoria Geral do Estado; e

VI - administrar os Encargos Gerais do Estado. (SANTA CATARINA, 2003)

Percebe-se que a LC não faz menção ao controle interno e nem as anteriores a ela faziam, mas o regimento interno da secretaria traz essa responsabilidade.

A secretaria possui um histórico longo, pois embora a legislação citada seja recente, sua missão de controlar os recursos públicos vem desde sua criação, que foi em 21 de março de 1837, quando a Lei Nº. 56, criou a Provedoria da Província de Santa Catarina, destinada a administração, arrecadação, distribuição, contabilidade e fiscalização de todas as rendas públicas provinciais.

Oliveira et al.(2004) escreve que para o Conselho Federal de Contabilidade o sistema contábil e de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade e tempestividade de seus registros e demonstrações contábeis e de sua eficácia operacional.

Para que possa cumprir com suas missões, legalmente previstas, a secretaria adota a organização demonstrada na figura 1, sendo que o Secretário de Estado responde diretamente ao Governador.

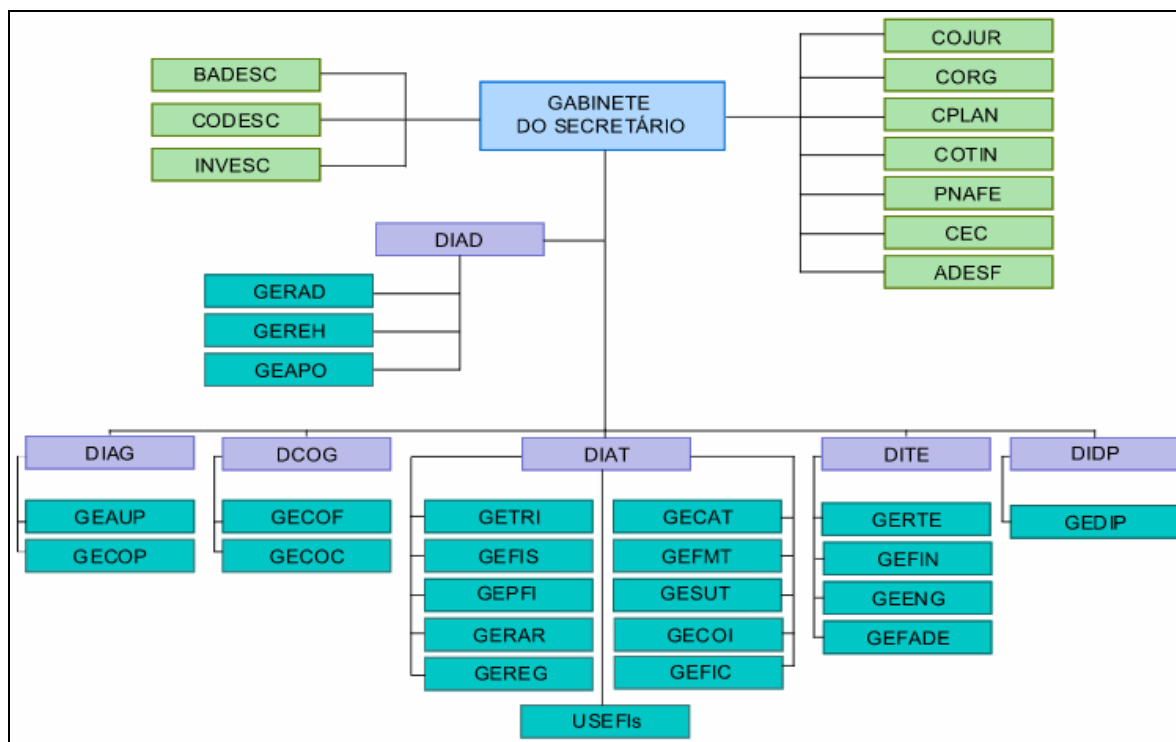


Figura 1 – Organograma da Secretaria de Estado da Fazenda

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

Disponível em: www.sef.sc.gov.br

GABS - Gabinete do Secretário

BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A.

CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

INVESC - Santa Catarina Participação e investimentos

COJUR - Consultoria Jurídica

CORG - Coordenação-Geral de Organizações Econômicas

CPLAN - Consultoria de Planejamento

COTIN - Consultoria de Tecnologia e Informação

PNAFE - Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal Para os Estados

CEC - Conselho Estadual de Contribuintes

ADESF - Associação de Defesa da Saúde do Fumante

DIAD - Diretoria de Administração

GERAD - Gerência de Administração

GEREH - Gerência de Recursos Humanos

GEAPO - Gerência de Apoio Operacional

DIAG - Diretoria de Auditoria Geral

GEAUP - Gerência de Auditoria de Contas Públicas

GECOP - Gerência de Controle de Prestação de Contas

DCOG - Diretoria de Contabilidade Geral

GECOF - Gerência de Contabilidade Financeira do Tesouro

GECOC - Gerência de Contabilidade Centralizada

DIAT - Diretoria de Administração Tributária

GETRI - Gerência de Tributação

GEFIS - Gerência de Fiscalização

GEPFI - Gerência de Planejamento Fiscal

GERAR - Gerência de Arrecadação Tributária

GEREG - Gerência Regional de Florianópolis
GECAT - Gerência de Cadastro Tributário
GEFMT - Gerência de Fiscais de Mercadorias em Trânsito
GESUT - Gerência de Substituição Tributária
GECOI - Gerência de Controle de IPVA e ITCMD
GEFIC - Gerência de Fiscalização de Contribuintes de outros Estados
USEF's - Unidade Setorial de Fiscalização
DITE - Diretoria do Tesouro Estadual
GERTE - Gerência do Tesouro Estadual
GEFIN - Gerência de Programação Financeira
GEENG - Gerência de Encargos Gerais do Estado
GEFADE - Gerência do FADESC
DIDP - Diretoria da Dívida Pública
GEDIP - Gerência da Dívida Pública

Da estrutura apresentada, é a Diretoria da Dívida Pública, por intermédio da Gerência da Dívida Pública, que controla e mantém a escrituração necessária para a correta manutenção do estoque da dívida e elaboração dos cálculos necessários para cumprir as exigências legais.

Oliveira et al.(2004) informa que devido ao seu porte, a gestão da entidade pode ser de forma segmentada, tendo um executivo responsável em cada uma das diversas divisões, departamentos ou setores, que deve prestar contas periódicas do desempenho de sua área e, como consequência os controles internos encontram-se em todas as áreas da entidade.

Sabe-se que como consequência de ajustes na reforma administrativa catarinense a Lei Complementar 243 foi revogada pela Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, e esta, no tocante ao controle interno, provocou sua regulamentação, via Decreto 3.372 de 1º de agosto de 2005.

O aparelhamento estrutural está por acontecer e parece ter sido iniciado com o concurso público para o preenchimento de 41 cargos de auditores internos do Estado de Santa Catarina.

Conclui-se assim que o controle interno, até o ano de 2004, era executado pela própria equipe que conduz os trabalhos diários dentro da gerência da dívida e qualquer inspeção que fosse realizada tratar-se-ia de uma auditoria.

3.2 TABULAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

No sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina estão disponibilizadas inúmeras informações relativas as finanças do Estado, tendo uma sessão exclusiva para a dívida pública, com relatórios bastante entendíveis, porém constatou-se que as informações disponíveis são retroativas até o ano de 1998, portanto superior a data proposta para início da coleta de dados. De fácil acesso as informações contidas no sítio podem ser “baixadas” e, até o ano de 2003, estão em planilhas do Excel, o que facilita a utilização dos dados, já as de 2004 e 2005 estão no formato PDF.

Após o ordenamento dos valores contidos nas planilhas constatou-se que algumas delas possuíam erros de formatação o que obrigou o pesquisador a buscar todos os valores relativos a dívida fundada nos Balanços Gerais dos exercícios de 1994 a 2004, apresentados à Assembléia Legislativa do Estado pelos Governadores.

Com este levantamento foi possível tabular a dívida fundada do Estado, que está demonstrada na tabela do apêndice “A” em valores nominais, que representam os saldos da dívida no último dia de cada ano da sequência exposta, discriminados os contratos e títulos e, para uma melhor visualização, está representada de forma consolidada, distinguindo a interna da externa, no gráfico 1:

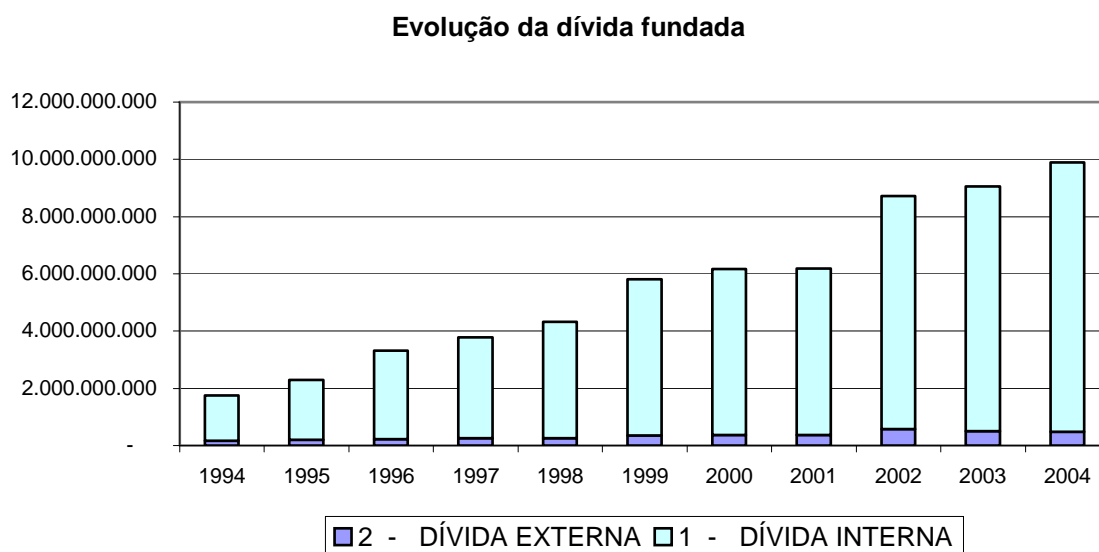


Gráfico 1 – Evolução da dívida fundada
 Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1994 a 2004.

A simples observação deste gráfico permite ao leitor a visualização do crescimento nominal da dívida e que ela se concentra no mercado interno, o que o induziria a pensar que a mesma é pouco influenciada pela variação cambial do dólar, moeda em que foram tomados os empréstimos no exterior, porém essa análise não é correta, pois uma parcela considerável dessa dívida é fruto de refinanciamento da dívida externa por parte da União.

O Conselheiro Luiz Roberto Herbst relator do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre o Balanço Geral do Estado, referente ao exercício de 2002, constou em seu relatório um resumo das taxas de juros em que incorrem cada contrato e a que índices de correção monetária estão atrelados:

Tabela 1 – Contratos da dívida interna de 2002, taxa de juros e índices de correção monetária incorridos.

ESPECIFICAÇÃO	Posição em 31/12/2002	TAXA DE JUROS	ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA
DÍVIDA INTERNA	8.154.916.042		
POR CONTRATOS			
LEI 7976/89 - BCO BRASIL	604.907.517	12,50	TR
LEI 8727/93 - BCO BRASIL	680.243.357	6,85	IGP-M
FINEP	2.497.797	9,00	TR

CAIXA ECONOMICA FEDERAL	33.496.145	5,39	Dólar
CELESC/CRC	785.135.597	6,43	INPC
BCO DO BRASIL/DMLP	145.684.317	6,06	Dólar
LEI 9496/98 – BCO BRASIL	5.894.938.094	6,00	IGP-DI
BCO DO BRASIL/CLUBE DE PARIS	8.013.218	4,30	Euro

Fonte: TCE, 2002.

Assim constata-se que, mesmo realizados internamente, alguns contratos têm seus índices de correção monetária atrelados à variação cambial de moeda estrangeira e, portanto, influenciam nas inscrições feitas para atualização dos valores devidos pelo Estado, embora não sejam os de maior relevância no somatório das dívidas.

A utilização de índices de correção baseados na variação cambial ocorre devido a refinanciamentos das dívidas do Estado, por parte da União, que são efetuados com amparo em leis específicas, tratadas a seguir.

3.3 LEGISLAÇÃO PERTINENTE

Na tabulação da dívida consolidada é possível identificar citação de leis, fazendo-se necessário o esclarecimento das mesmas, para que a interpretação dos acontecimentos possa ser facilitada, bem como a identificação das ações do governo estadual. As Leis aqui comentadas compõem os anexos desta monografia.

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989, dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.

A lei define que o Poder Executivo da União refinanciará, no prazo de 20 (vinte) anos, as dívidas derivadas de empréstimos, que tenham sido concedidos pela União, com a finalidade de honrar compromissos externos, limitados ao saldo existente em 1º de janeiro de

1990. Permite, ainda, o financiamento, a partir de 1990, do montante da dívida externa, contratada até 31 de dezembro de 1988.

Para os contratos de que trata esta lei serão mantidos os índices de correção monetária e juros equivalentes àqueles pagos pelo Governo Federal nos respectivos contratos externos, ou seja, a União assumirá a dívida do Estado e cobrará deste os juros e a correção monetária ou a variação cambial que houver.

Embora esta lei esteja fora do período proposto para a pesquisa há saldos de contratações realizadas durante sua vigência.

Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.

Define que a União refinanciará, os saldos devedores existentes em 30 de junho de 1993 de todas as operações de créditos contratadas até 30 de setembro de 1991 junto a órgãos e entidades controlados pela União, podendo incluir, a critério dos devedores, obrigações financeiras garantidas pela União junto a bancos comerciais estrangeiros.

A Lei excetua dívidas já refinanciadas anteriormente, as relativas a contribuição compulsória do FGTS ou oriundas deste e as inscritas na dívida ativa da União.

Para os contratos desta Lei a correção monetária é baseada no IGPM e serão pagos em 240 prestações mensais e consecutivas.

Embora esta lei também esteja fora do período proposto para a pesquisa há saldos de contratações realizadas durante sua vigência.

Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

Autoriza a União, até 31 de março de 1998, a assumir a dívida pública mobiliária dos Estados e outras obrigações de crédito interno e externo relativas a despesas de investimentos exigíveis até 31 de dezembro de 1994, bem como empréstimos tomados junto a Caixa Econômica Federal.

No seu artigo segundo, a Lei estabelece que o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal deverá, obrigatoriamente, conter metas e compromissos quanto a: dívida, resultado primário, despesas com funcionalismo, arrecadação de receitas próprias, privatização e despesas de investimentos.

Art 2º O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, além dos objetivos específicos para cada unidade da Federação, conterá, obrigatoriamente, metas ou compromissos quanto a:

I - dívida financeira em relação à receita líquida real - RLR;

II - resultado primário, entendido como a diferença entre as receitas e despesas não financeiras;

III - despesas com funcionalismo público;

IV - arrecadação de receitas próprias;

V - privatização, permissão ou concessão de serviços públicos, reforma administrativa e patrimonial;

VI - despesas de investimento em relação à RLR.

Parágrafo único. Entende-se como receita líquida real, para os efeitos desta Lei, a receita realizada nos doze meses anteriores no mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos estados, as transferências aos municípios por participações constitucionais e legais. (BRASIL, 1997)

Aqui se faz necessária uma pausa na legislação para um breve comentário, pois embora a lei faça menção quanto a receita líquida real e estabelece no parágrafo único do artigo segundo como ela deve ser calculada, nenhum relatório disponibilizado pela fazenda do Estado, na internet, faz menção a RLR, nem mesmo no Balanço Geral do Estado consta qualquer referência. É certo que a área contábil vem calculando regularmente a RLR para executar os pagamentos mensais da dívida, pois em palestra com o Gerente da Dívida Pública do Estado esse fato foi comprovado pelo autor.

A lei estabelece que o prazo de pagamento é de 360 meses, com juros de no mínimo 6% ao ano e a correção monetária será calculada com base na variação do IGP-DI.

Prevê, ainda, que enquanto a dívida financeira do Estado for superior à sua RLR anual, o mesmo fica impedido de emitir novos títulos públicos no mercado interno, exceto nos casos previstos no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e somente poderá contrair novas dívidas, inclusive empréstimos externos junto a organismos financeiros internacionais, se cumprir as metas relativas à dívida financeira na trajetória estabelecida no programa.

É importante ressaltar que cerca de 74% da dívida fundada do Estado de Santa Catarina é constituída, para saldos no final de 2004, por contratos amparados na Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997, o que a torna ponto fundamental de estudo.

3.4 PARECERES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Compete à Assembléia Legislativa exercer, mediante controle externo, a fiscalização orçamentária do Estado, e o faz, valendo-se do auxílio do Tribunal de Contas, que, no cumprimento de suas atribuições constitucionais, também controla a execução do orçamento.

O amparo legal é encontrado no Art 59 da Constituição do Estado, que em seu inciso I, define:

Art. 59 - O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:
“I -Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, as quais serão anexadas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, mediante parecer prévio que levará em consideração as contas dos três últimos exercícios financeiros e que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;”
(Redação dada pela Emenda Constitucional 022 - 25/06/02)
(SANTA CATARINA, 1989)

A apreciação tem caráter geral e o objetivo de demonstrar se o balanço anual do Estado reflete, adequadamente, a posição orçamentária, patrimonial e financeira em 31 de dezembro e se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade aplicados à administração pública.

O TCE tem 60 dias, a partir da entrega da prestação de contas pelo Executivo Estadual, para encaminhar o parecer prévio ao Legislativo, a quem cabe aprovar ou rejeitar a matéria.

O presidente do tribunal designa um conselheiro-relator que constitui a comissão técnica especial, responsável pelo exame da prestação de contas. A comissão analisa os resultados da gestão anual, sob os aspectos orçamentário, financeiro e patrimonial e elabora um relatório conclusivo. Com base nesse trabalho, o relator submete sua proposta de parecer prévio à discussão e votação pelos demais conselheiros, durante sessão extraordinária do Pleno. No parecer, o Tribunal recomenda a aprovação ou a rejeição das contas à Assembléia Legislativa.

O relatório técnico que acompanha o parecer prévio deve conter observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos, o cumprimento dos programas previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas em consonância com o Plano Plurianual e o reflexo da administração financeira e orçamentária estadual no desenvolvimento econômico e social catarinense.

3.4.1 Formatação

Inexiste rigidez na formatação do relatório técnico, mas é possível constatar que os relatores, no período compreendido na limitação da pesquisa, vêm apresentando suas observações sem alterar em muito o formato do ano anterior, adequando-se, assim, as leis, conforme promulgadas, que envolvem o controle das finanças públicas.

Pela análise feita do assunto entende-se que a apresentação gráfica referente a dívida consolidada pode ser resumida em:

- Orçamento fiscal e da seguridade social:
 - ❑ Previsão Orçamentária
 - Receitas previstas com operações de crédito
 - ❑ Execução Orçamentária
 - Receitas com operações de crédito, como a evolução nos últimos cinco anos, utilizando-se de deflator (IGP-DI)
- Resultado Econômico-financeiro do Exercício:
 - ❑ Patrimônio permanente
 - Passivo permanente
 - Dívida pública – trata da dívida pública total. Menciona a composição das dívidas fluante e fundada e a evolução das despesas com o serviço da dívida. Ao tratar da dívida pública total e incluir a dívida fluante, destaca que a mesma fica localizada tradicionalmente fora do passivo permanente, isto é, no passivo fluante.
 - Dívida fundada interna – demonstra: a evolução (utilizando deflator) do total, evolução das inscrições e amortizações, modificação do perfil e composição - títulos e contratos.

- Dívida fundada externa – demonstra: a evolução (utilizando deflator) do total, evolução das inscrições e amortizações, modificação do perfil e composição - títulos e contratos.

Quando ocorrem fatos que são motivo de ressalvas ou recomendações, estes são pormenorizados no final do relatório e é mencionada a legislação que ampara os comentários do relator.

3.4.2 Histórico da série 1994 a 2004

Durante o período definido pela pesquisa o TCE cumpriu sua obrigação e emitiu o parecer prévio sobre a prestação de contas do Poder Executivo, bem como fez ressalvas referentes a assuntos que envolvem a dívida fundada e estão resumidas a seguir:

ANO	Ressalvas referentes a dívida consolidada	PARECER
1994	Não houve	Aprovação
1995	Captação de recursos da CELESC (*)	Aprovação
1996	Emissão de LFTSC	Rejeição
1997	Dívida com IPESC	Aprovação
1998	Dívida com IPESC / desconsidera títulos da dívida pública retidos pelo Senado Federal	Rejeição
1999	Dívida com IPESC	Relator - Aprovação Conselheiro - Rejeição TCE - Aprovação
2000	Dívida com IPESC	Aprovação
2001	Prover o registro da dívida com IPESC	Aprovação
2002	Não houve	Aprovação
2003	Não houve	Aprovação
2004	Não houve	Aprovação

Quadro 2 - Resumo dos pareceres do TCE para a série estudada
Fonte: TCE

Para Sá (1994), ressalva em parecer vem a ser a observação, de natureza restritiva, que exime de responsabilidade o auditor em relação a certo fato, quer porque discorda do que foi registrado, quer porque não lhe foi possível examinar, quer porque discrepa em relação a normas e leis. Pode ser, ainda, uma recusa de opinar sobre certo fato, conta ou evento, em relação a demonstrações contábeis ou opinião contrária aos mesmos eventos.

Para os anos que constam ressalvas são despendidos comentários resumidos dos acontecimentos a que se referem.

No ano de 1995, no quadro consta com um asterisco (*), pois se refere a dívida flutuante, o Estado captou recursos junto a CELESC, sendo observado pelo TCE que não é esse o fim da empresa, também não foi lançado como antecipação de receita, que resultou num desembolso de R\$ 40.387.041,09 à CELESC.

Esta dívida estava em negociação para que fosse convertida em dívida de longo prazo, baseada na Lei Federal 8.727/93, que já possuía contratos e saldos inscritos na dívida fundada do ano de 1994.

Em 1996 o Governo do Estado emitiu Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) de forma ilegal, sendo observado no relatório do TCE o seguinte:

a) A Carta Política de 1988, nos seus Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (art 33), faculta ao Poder Executivo o parcelamento anual e sucessivo, até o máximo de oito anos, a contar de 1º de julho de 1989, dos valores dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da CF, incluindo o remanescente de juros e correção monetária. A Resolução do Senado Federal nº 69, de 14 Dez 95, também faculta a mesma possibilidade.

b) O governo do Estado, no exercício de 1996, decidiu valer-se do permissivo Constitucional, encaminhando a Assembléia Legislativa o Projeto de Lei 138/96 que resultou na Lei 10.168, de 11 de julho de 1996, permitindo a emissão de LFTSC.

c) O BACEN emitiu parecer técnico ao Senado Federal, que expediu a Resolução 76, de 15 de outubro de 1996, autorizando a emissão de LFTSC até o montante total de 522.152 títulos.

Porém consta que requisitos contidos no art 33 das ADCT não foram cumpridos:

1 – o Governador do Estado deveria, no prazo de 180 dias, demonstrar interesse em utilizar tal prerrogativa, o que só foi feito pelo Secretário de Estado da Fazenda.

2 – deveriam existir precatórios judiciais e/ou remanescentes de juros e correção monetária anterior a 05 de outubro de 1988, o que, segundo dados, inexistia. Apenas precatórios pendentes de Cz\$ 664.515.529,34 que atualizados a 31 Dez 96 seriam R\$ 2.627.038,16 pagos integralmente nos exercício de 88 a 89.

Mas, as informações prestadas pelo poder Executivo levaram o poder Legislativo e o Senado Federal a aprovar as operações e a emissão de LFTSC, no valor nominal de R\$ 605.143.909,86, que foram negociadas a R\$ 518.312.885,65, com um deságio de R\$ 86.831.024,24, 14,34% do total do valor nominal. Dispêndio de taxa de sucesso de R\$ 33.275.009,10 e taxa de registro de 3.933,10, totalizou uma entrada de R\$ 485.033.934,45.

Do montante foram transferidos para conta Única R\$ 123.614.862,03, utilizados para:

1 - pagamento de precatórios judiciais constituídos posteriormente a data de 05 de outubro de 1988.

- Transferido para o Tribunal de Justiça – R\$ 8.482.210,29;
- Transferido para a procuradoria Geral do Estado – R\$ 1.184.457,27.

2 - Transferência à INVESC – R\$ 21.569.423,00.

3 - Pagamento de despesas gerais do Estado – R\$ 92.378.771,47.

O que caracterizou ato ilegal do Estado e culminou no parecer de rejeição pelo TCE das contas apresentadas pelo Governo do Estado à Assembléia Legislativa.

Muito embora os relatores dos anos de 1994 a 1996 já fizessem menção em seus relatórios de que a parcela patronal de 4% da folha de pagamento não vinha sendo recolhida ao IPESC, somente em 1997 consta como ressalva no parecer prévio do TCE, que inclusive afirma que esta dívida não vem sendo contabilizada a alguns anos.

Em 1998 a ressalva referente a dívida com o IPESC é novamente citada pelo relator, pois nenhuma providencia foi tomada pelo Poder Executivo para saná-la; outra ressalva trata da desconsideração dos títulos da dívida pública do Estado retidos pelo Senado Federal devido as irregularidades ocorridas no ano de 1996 e citadas a pouco.

Ainda em 1998, mesmo não constando como ressalva, o relator do parecer descreve que o Balanço Patrimonial do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC – não foi publicado e portanto não integra a análise por ele feita do Balanço Geral do Estado do exercício financeiro de 1998.

Do parecer prévio constaram mais ressalvas que não foram citadas por não se tratarem de assuntos envolvendo a dívida consolidada, que contribuíram com o conjunto da obra que culminou com a recomendação de rejeição das contas apresentadas.

De 1999 a 2001 mantém-se as ressalvas referentes à dívida com o IPESC, que ainda não estava sendo contabilizada. Em 1999 o parecer do tribunal de contas foi pela aprovação das contas do Estado, porém o conselheiro que procedeu a análise do relatório elaborado pelo conselheiro designado emitiu parecer pela rejeição das contas apresentadas neste ano. As razões são diversas ressalvas que constam do parecer prévio mas não referem-se a dívida consolidada.

De 2002 até 2004 não houve ressalva que envolvesse assuntos inerentes a dívida consolidada do Estado.

3.5 SÉRIE DEFLACIONADA

A dívida consolidada do Estado tabulada no item 3.1 representa os valores pelo custo histórico, valor nominal, e mesmo com a situação econômica estável do Brasil, com taxas de

inflação anuais inferiores a dois dígitos, para que a análise de uma série temporal produza resultados efetivos, há necessidade de minimizar a distorção causada pelo processo inflacionário utilizando-se de deflatores.

Para que isso ocorra será utilizado o índice de correção previsto pela Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna, que é utilizado pelo TCE na confecção do parecer prévio, na análise das variações ocorridas no decorrer do tempo em que se tabulou a dívida.

A atualização dos valores, com a utilização do IGP-DI, foram feitas para dezembro de 2004 e estão disponibilizados na tabela do apêndice “B”, representada pelo gráfico 2, abaixo, bem como está disponível no apêndice “H”, a tabulação do índice de deflacionamento.

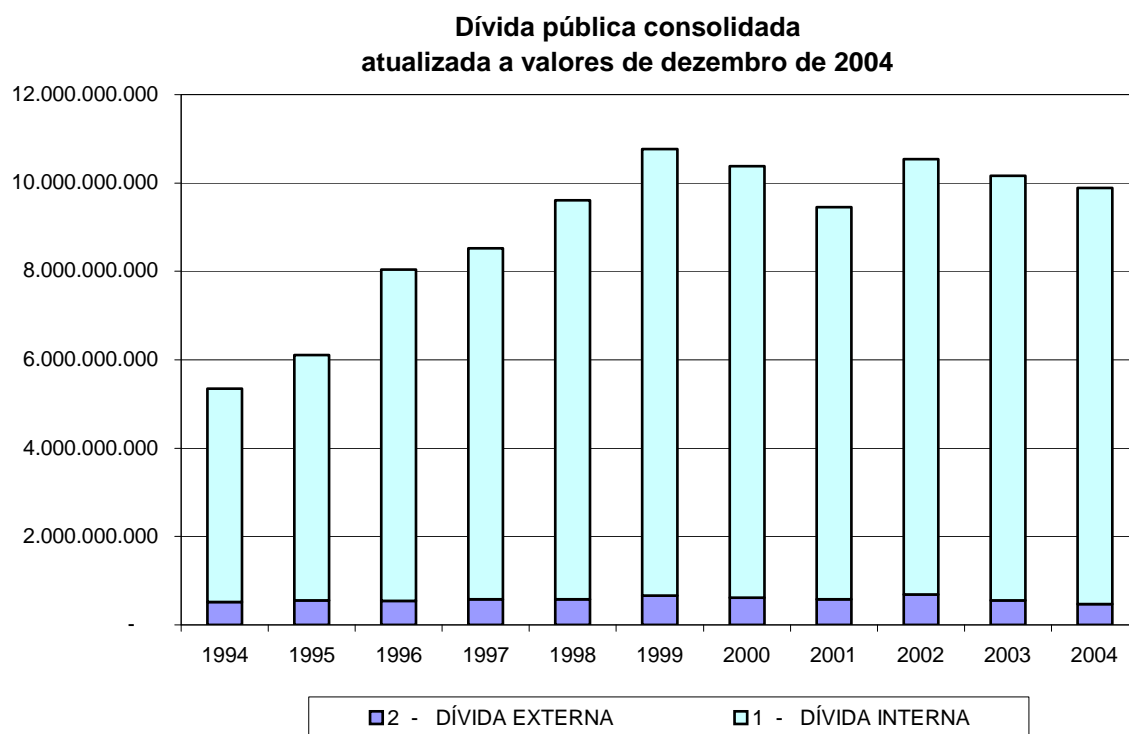


Gráfico 2 – Dívida pública consolidada atualizada a valores de dezembro de 2004

Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1994 a 2004.

Deflator: IGP-DI (dezembro).

Este gráfico permite uma análise clara da evolução da dívida, mas para podermos quantificar em pontos percentuais a variação da série com relação a sua base (1994), bem como a variação anual ocorrida, utilizar-se-á o apoio da tabela 2, que traz a variação da dívida em relação ao início da série e a variação anual.

Tabela 2 – Variação da dívida consolidada

Ano	Variação com base no início da série	Variação anual
1994	100	0
1995	114,20	14,20
1996	150,35	31,66
1997	159,52	6,10
1998	179,85	12,75
1999	201,40	11,98
2000	194,25	(3,55)
2001	176,81	(8,98)
2002	197,20	11,53
2003	190,18	(3,56)
2004	184,98	(2,73)

Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1994 a 2004.

No ano de 1994 ocorre a menor apresentação da dívida, que dali em diante passa a ser acrescida até o ano de 1999, atingindo um montante maior que o dobro apresentado no início da série, com destaque especial para o ano de 1996, quando o acréscimo real superou os 31 pontos percentuais.

Posteriormente a dívida teve uma tendência de queda, sendo que somente foi elevada no ano de 2002, elevação superior a 11 pontos percentuais. Nos demais anos a dívida a preços constantes foi reduzida, chegando a atingir uma queda de quase nove pontos percentuais no ano de 2001.

Em 1995 a amortização foi maior que as operações de crédito, porém o não pagamento do montante de juros fez com que a dívida fosse elevada.

A elevação substancial ocorrida no ano de 1996 foi consequência da emissão ilegal de títulos, as Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina, alvo de muitas críticas

por parte do TCE e motivo do parecer prévio pela rejeição dos balanços gerais apresentados pelo Governador do Estado.

Em valores nominais dos mais de R\$ 944 milhões inscritos na dívida pública consolidada interna mais de R\$ 605 milhões referiam-se as letras, o que significa dizer que, após a utilização do deflator, os títulos emitidos representaram 76 pontos percentuais da elevação do montante da dívida em relação ao ano de 1995.

Cabe ainda ressaltar que na previsão orçamentária não constava a receita com operações de crédito dessa natureza, existia apenas previsão de renegociação de títulos emitidos em anos anteriores.

Para 1997 a amortização foi maior que as operações de crédito, mas novamente o não pagamento do montante de juros conduziu a uma elevação da dívida.

Em 1998 a União refinanciou, implementando o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, em conformidade com a Lei 9.496 de 11 de setembro de 1997, uma parcela considerável da dívida pública de Santa Catarina, em especial a dívida mobiliária. Deixando de ser reconduzidas as referentes aos títulos emitidos, de maneira ilegal, em 1996 e se encontravam *sub judice* naquele ano.

As operações de crédito de 1999 superaram em R\$ 434 milhões as amortizações e complementadas pelo fato de não haver pagamento total dos juros, resultaram no maior montante da dívida consolidada da série deflacionada, mesmo tendo sido cancelas LFTSC no valor de R\$ 213.995.457,00 (valores correntes).

Muito embora a dívida nominal não tenha apresentado redução em nenhum ano da série pesquisada, em 2000 a dívida em valores constantes cedeu em mais de 3,55% em relação ao ano de 1999, boa parte pelo fato de o Governo Federal antecipar o pagamento, parcialmente, das ações do Banco do Estado de Santa Catarina, em processo de federalização,

num montante de R\$ 572 milhões, utilizados integralmente para a amortização de parcela da dívida interna.

Para explicitar a origem destes números faz-se um breve comentário da situação conjuntural dos anos que antecedem este fato e as ações que conduzem ao estabelecimento dos montantes citados acima.

Para Giambiagi e Além (2000, p. 194) a política de reformas estruturais e ajuste fiscal implantada pelo Governo Federal desde 1995 buscava reduzir o déficit público e tinha como uma das estratégias reduzir aos poucos as fontes de financiamento dos Estados. Concomitantemente no ano de 1999 os governadores recém empossados buscavam renegociar as dívidas, mas estas tinham acabado de ser renegociadas no ano anterior e seria demonstrar fraqueza por parte da União proceder uma nova renegociação. Obrigando-os a busca de outras fontes de financiamento ou maior austeridade na administração das receitas arrecadadas.

Uma das possibilidades encontradas pelo governo local foi a federalização para posterior privatização do BESC e do restante do sistema financeiro de Santa Catarina. O que culminou com sua federalização.

Na negociação o governo estadual assina, em 29 de setembro de 1999, o contrato de transferência acionária do Banco do Estado de Santa Catarina, suas controladas e coligadas à União, onde o Estado assume um contrato de endividamento no valor de R\$ 2,129 bilhões para saneamento, federalização e posterior privatização do banco, transferindo benefícios ao futuro banco privado.

Até a data de conclusão desta monografia, o BESC permanece federalizado e existem ações judiciais impetradas por populares no Supremo Tribunal Federal, contestando sua federalização e impossibilitando sua privatização, mesmo tendo sido incluído no Programa Nacional de Desestatização em 1999.

Outro fator que contribuiu para o decréscimo da dívida em 2000 foi o cancelamento de R\$ 425 milhões, relativos às LFTSC – Lei 10.168/96, que se encontravam no Fundo de Liquidez da Dívida Pública, por expressa autorização do Senado Federal e do Banco Central do Brasil.

Em 2001 uma queda de praticamente nove pontos percentuais em relação a 2000, no montante da dívida deflacionada representa em valores constantes um montante de R\$ 930 milhões. Muito dessa redução é representada pelo cancelamento das LFTSC, num total de R\$ 638 milhões, pelo Tribunal de Justiça, devido ter transitado em julgado Mandado de Segurança contra os atos da Assembléia Legislativa do Estado, que levaram a aprovação da Lei 10.168/96, que permitia a emissão das letras. O fato já foi comentado anteriormente quando do parecer do TCE, que emitiu parecer prévio para a rejeição da contas apresentadas pelo Governo do Estado no ano de 1996.

Outro fator importante, que permitiu a queda do endividamento, foi a inscrição mínima ocorrida no ano de 2001, somente R\$ 9,3 milhões, apesar de não ter sido escriturada a dívida do Estado para com o IPESC, que se encontrava calculada num montante de R\$ 494,7 milhões.

Para 2002 houve um acréscimo da dívida em relação ao ano de 2001, motivado pelas inscrições num montante de R\$ 1.707.656.957,68. Deste valor, cerca de R\$ 970 milhões foram para a quitação da dívida do Estado com o BESC, referentes a contratos do ano de 1998. Outros R\$ 728 milhões, foram referentes a regularização contábil dos créditos da CELESC junto ao Governo Federal, utilizados pelo Estado em 1994. Note-se que nos montantes referenciados não houve ingresso de recursos no caixa do Estado, somente inscrição de dívidas já existentes. De fato só ingressaram pouco mais de R\$ 5 milhões provenientes de um programa federal de modernização das administrações fazendárias estaduais.

Nos anos de 2003 e 2004 os acontecimentos para a redução da dívida são os mesmos, operações de crédito e incorporações menores que amortização e cancelamentos ocorridos no exercício financeiro. Motivados, é certo, pelo fato do Estado ter comprometimento anual com amortização, encargos e juros maior que o estabelecido pela legislação vigente.

Cabe destaque para a variação cambial que foi negativa para os dois anos seguidos, pois desde 1994 até 2002 o dólar vinha em constante ascendência atingindo a marca de R\$ 3,53, reduzida a variação cambial apenas nos dois últimos anos da série, chegando ao valor de R\$ 2,65 no final de 2004.

3.6 SÉRIE CONVERTIDA EM DÓLAR

A inflação, que é o aumento persistente de preços e que acaba por ocasionar perdas de poder aquisitivo da população, é um fenômeno monetário perigoso, porque a elevação de um preço puxa a de outros, dando o pontapé inicial a uma bola de neve conhecida como hiperinflação.

As causas são diversas, mas normalmente resultam ou da emissão sem lastro de moeda, quando o governo precisa de dinheiro para pagar suas dívidas sem que tenha ocorrido um aumento nas atividades econômicas, ou do reajuste no câmbio, quando o governo é obrigado a desvalorizar sua moeda em relação à outra mais forte, em geral o dólar.

A utilização do dólar norte-americano para demonstrar a situação apresentada por uma série financeira era comum no Brasil quando a inflação atingia índices altíssimos, muito embora contabilmente sua utilização somente fosse permitida para a contabilidade gerencial.

Foram muitas as notícias divulgadas na mídia que fizeram menção a indexação da moeda ao dólar, como:

A preocupação com as pressões inflacionárias imediatamente fez o mercado desconfiar da capacidade do próximo governo de reduzir os juros e estimular o crescimento econômico a partir do ano que vem. O governo atual já não vem cumprindo suas próprias metas de inflação desde o ano passado e o temor é de que o próximo governo aumente essa tolerância. A desconfiança levou o coordenador da equipe de transição, Antonio Palocci, a reafirmar que o Partido dos Trabalhadores não pretende indexar a economia, o que poderia trazer de volta a espiral inflacionária de antigamente. Embora grande parte da pressão inflacionária tenha sido causada pelos repasses da alta do dólar, um motivo de preocupação entre os analistas é que os aumentos vêm se espalhando para preços não relacionados à moeda americana, como os serviços. (A NOTÍCIA, 2002)

Aliado ao fato de uma boa parcela da dívida sofrer variação cambial e com intuito de fazer uma comparação e um comentário da dívida consolidada do Estado convertida em dólares, foi elaborada a tabulação da dívida consolidada catarinense em dólares, que está representada na tabela do Apêndice “C”. Sendo no gráfico 3 demonstrada a variação cambial e no gráfico 4 a tabulação da dívida consolidada em dólar.

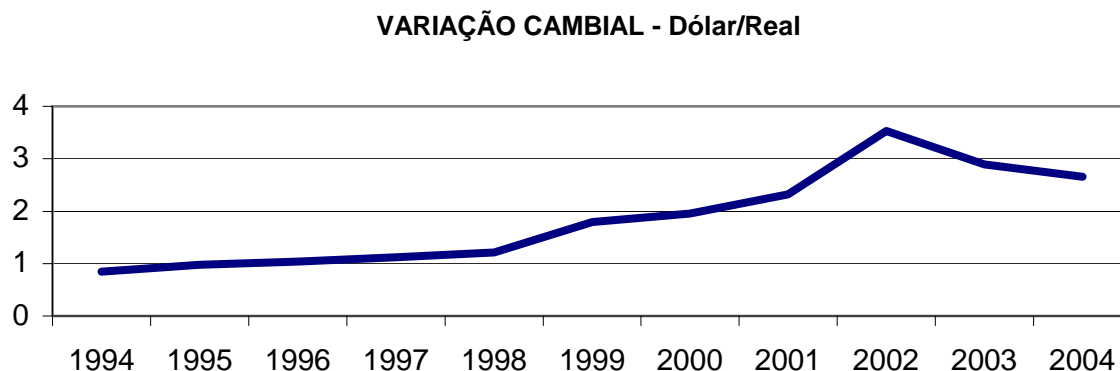


Gráfico 3 – Variação cambial – Dólar/Real
Fonte: BACEN

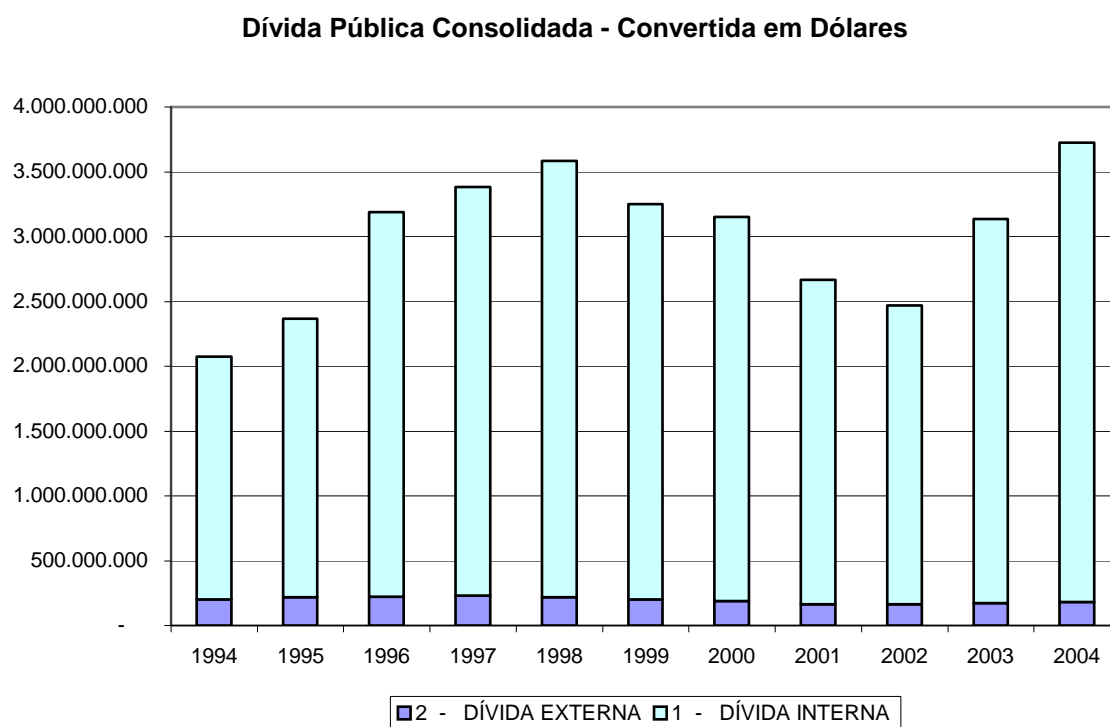


Gráfico 4 – Dívida pública consolidada convertida em dólares

Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1994 a 2004 e BACEN

Idexador: Dólar (31 de dezembro).

Nestes gráficos pode-se verificar que a dívida consolidada convertida em dólar apresenta uma curvatura semelhante a do gráfico da dívida deflacionada em moeda nacional, até o ano de 1998, quando atinge um montante superior a US\$ 3,5 bilhões de dólares. O que representa o crescimento real da dívida.

Em 1999 a dívida passa a decrescer, por influência exclusiva do crescimento da variação cambial, o Real sofreu uma desvalorização acentuada que atingiu o pico em 2002, na cotação de R\$ 3,53. Que ocorreu por temor a mudanças radicais na economia, devido ao fato de um partido assumidamente de esquerda conquistar a maior posição possível em uma república democrática, a presidência.

Sem as grandes mudanças, temidas por muitos, a economia manteve-se estável, principalmente por ser conduzida por uma equipe com nomes já conhecidos no cenário econômico global.

De 2002 a 2004 a proporção passa a ser inversa, na medida em que a moeda nacional valoriza-se, refletindo a economia, perante o dólar, que retorna a cotações normais. Assim a dívida passa a crescer inversamente proporcional a taxa de câmbio, o que não representa novas operações de crédito.

Corroborando, dessa forma, com a análise desenvolvida na seção 3.4 que utilizou deflator para apresentar a série em valores constantes.

3.7 DÍVIDA CONSOLIDADA EM VALORES RELATIVOS

A dívida consolidada foi demonstrada, nos itens anteriores deste capítulo, de forma absoluta, mas também pode ser quantificada relativamente, o que permite fazer uma análise mais aprofundada de todas as variantes que a envolvem, como é definido:

O tamanho da dívida pública pode ser definido em termos absolutos ou relativos. O seu tamanho em termos absolutos refere-se simplesmente ao valor do saldo devedor num dado momento. E o seu tamanho em termos relativos é geralmente medido pela relação entre o valor do saldo devedor no final do período e o valor de uma variável econômica do período, como por exemplo, a receita pública ou o Produto Interno Bruto. (SILVA, 1979, p. 273)

Manchete em diversos jornais do país, a divulgação pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística no início do mês de novembro, do Produto Interno Bruto também teve destaque em Santa Catarina. O jornal Diário Catarinense estampou em sua capa “SC mantém sétima economia do país”, no dia 5 de novembro de 2005. Apesar de capa o jornal dedicou apenas uma página da edição para o desenvolvimento da notícia, provavelmente por este estar sendo divulgado com bastante tempo do período em questão, ou seja, um ano e meio após, pois o PIB divulgado refere-se a 2003.

Está anexa a esta monografia a planilha com os valores do PIB do Brasil e de Santa Catarina, de forma reduzida e referente ao período proposto. Os dados completos estão disponíveis no sítio eletrônico do Instituto, no endereço www.ibge.gov.br.

Nesta análise é utilizado o PIB do Estado de Santa Catarina, a preços correntes, como denominador da relação com a dívida consolidada, que resulta no exposto na tabela 3.

Tabela 3 – Relação entre a dívida consolidada e o PIB de SC e variação anual

Ano	Dívida/PIB em %	Variação anual
1994	13,73%	0,00
1995	9,76%	(28,91)
1996	11,26%	15,36
1997	11,85%	5,20
1998	13,35%	12,68
1999	16,31%	22,13
2000	14,52%	(10,93)
2001	13,31%	(8,38)
2002	16,84%	26,59
2003	14,57%	(13,49)

Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1994 a 2004 e IBGE

Relação entre Dívida Consolidada e PIB - SC em %

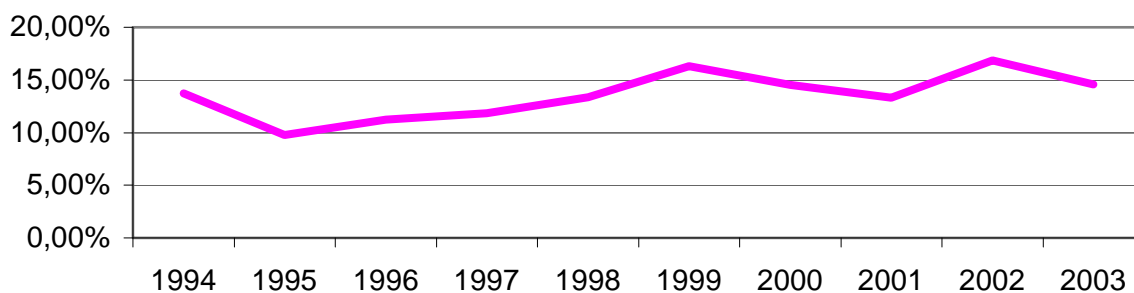


Gráfico 5 – Relação entre dívida consolidada e PIB-SC em %

Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1994 a 2004 e IBGE

Na leitura do gráfico acima a tabela mostra uma grande queda da dívida logo no primeiro ano da série, justamente no ano que apresenta o menor valor nominal da dívida, mas que, com apoio da tabela do apêndice “A” e “D”, permite uma explicação que ameniza esta discrepância, pois a variação da dívida de 1994 para 1995 ultrapassou em pouco os 30 pontos percentuais, já a variação do PIB-SC atingiu os 85 pontos percentuais.

Nos demais anos o comportamento da relação dívida consolidada e PIB-SC se assemelha a dívida deflacionada, comentada no item 3.5.

Outras relações possível com a dívida consolidada são da Receita Corrente Líquida e da Receita Líquida Disponível.

A Receita Líquida Disponível, que não foi conceituada anteriormente, representa o total das receitas correntes, deduzidos os valores das receitas provenientes de convênios, ajustes e acordos administrativos, de taxas, que, por legislação específica, se vinculem a determinados órgãos ou entidades, de transferências voluntárias ou doações recebidas, cota-parte do Salário Educação e as parcelas a serem entregues aos municípios por determinação constitucional. É utilizada para o cálculo das transferências de recursos financeiros aos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Fundação UDESC. Vem sendo empregada no Estado desde 1995.

Tabela 4 – Relação entre a dívida consolidada e a receita corrente líquida.

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Dívida Consolidada / RCL	1,43	1,06	1,28	1,68	1,91	2,06	1,87	1,59	2,00	1,77	1,74
Dívida Consolidada / RLD	X	1,43	1,82	1,91	2,11	2,56	2,23	1,97	2,38	2,06	2,04

Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1994 a 2004

A tabela auxilia a observação do montante da dívida em relação as duas receitas apresentadas chegando-se a algumas conclusões:

Em relação com a RCL em 1995 o Estado devia toda a sua arrecadação de um ano e ainda faltaria 21 dias do ano de 1996 (0,06 de um ano), sendo este o ano da menor expressão da dívida, já em 1999, ano de maior relação, a dívida supera em 2,06 vezes a receita.

A RLD apresenta os mesmos anos como os de maior e menor relação.

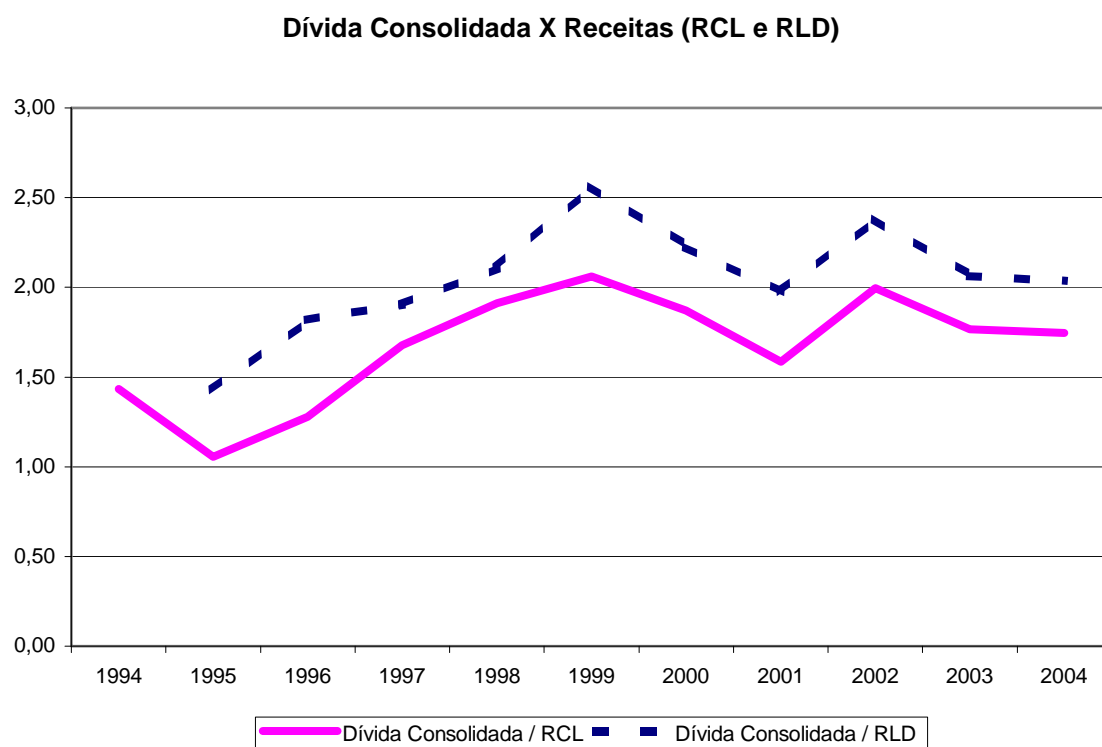


Gráfico 6 – Dívida Consolidada X Receitas (RCL e RLD)

Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1994 a 2004 e IBGE

Com o apoio do gráfico é possível identificar que a curvatura apresentada pelas duas receitas é praticamente a mesma e se observada a representação da dívida consolidada deflacionada chega-se a conclusão que este também possui tal curvatura.

No intuito de simplificar esse entendimento está representada a seguir a dívida consolidada deflacionada em gráfico de linha.

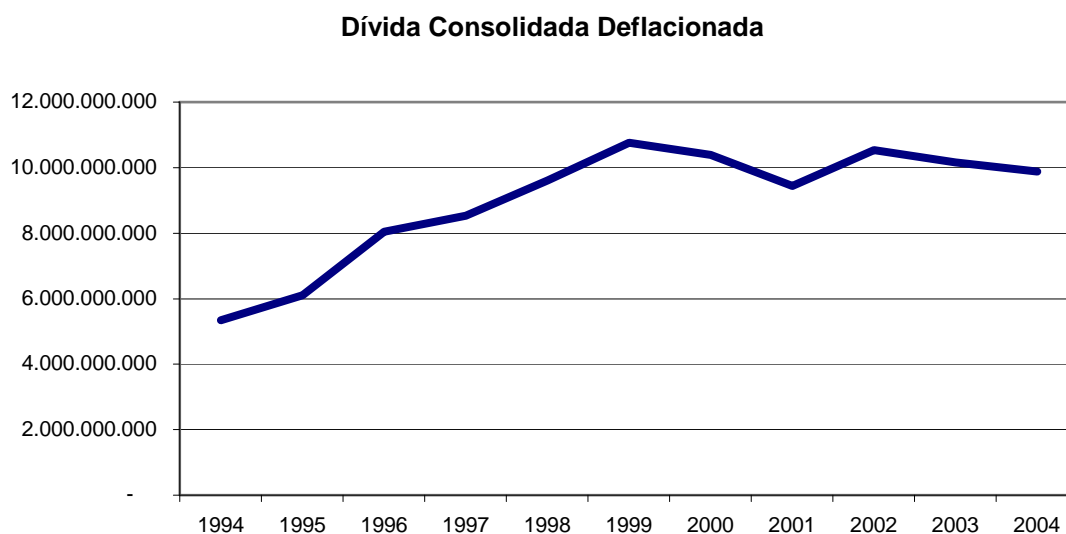


Gráfico 7 – Dívida Consolidada Deflacionada

Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1994 a 2004 e IBGE

A exceção ocorre no ano de 1994 para 1995, quando a variação da relação da dívida consolidada/RCL é negativa e a dívida deflacionada sofre um aumento. Nas demais confrontações os gráficos apenas ratificam as informações anteriores.

3.7 LIMITES DO ENDIVIDAMENTO

Os limites citados na seção 2.8 desta monografia estão diretamente ligados ao estudo aqui desenvolvido: dívida consolidada líquida ($2 \times RCL$), operações de crédito em cada exercício (16% da RCL) e comprometimento anual com amortização e juros (11,5% da RCL).

Em observações feitas foi constatado que o endividamento catarinense está abaixo do limite estipulado para a dívida consolidada líquida. Para comprovação desse fato está transcrita parte da tabela publicada por Machado (2004 apud CRUZ et al., 2004) que apresenta a relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL, de diversos Estados brasileiros

e comenta brevemente os que estiveram acima do limite. Destaca-se aqui, apenas com a intenção de permitir entendimento comparativo a situação dos três Estados do sul do país:

	2000	2001	2002	2003	2004
PR	1,29	1,34	1,24	0,97	1,09
RS	2,66	2,51	2,7	2,63	2,83
SC	1,83	1,45	1,95	1,69	1,64

Quadro 3 – Comparação da dívida consolidada líquida em relação a RCL

Fonte: Machado (2004 apud CRUZ et al., 2004); adaptado pelo autor.

Fica claro que, após a vigência dos limites impostos pelo Senado Federal, o Estado manteve seu endividamento abaixo do estipulado em todos os anos estudados.

O limite para as operações de crédito, em cada exercício, não foi excedido, pois as inscrições ocorridas após o ano de 2001 referem-se a reestruturação do principal da dívida e estão isentas nos termos do § 7º do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001.

O parágrafo 8º do mesmo artigo da referida resolução menciona a inaplicabilidade do dispositivo restritivo as operações de crédito previstas quanto ao comprometimento anual com amortização, encargos e juros acima de 11, 5% da RCL, haja vista que as inscrições do ano de 2002 referem-se a incorporações estabelecidas nos termos da Lei 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Porém o relatório prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre o Balanço Geral do Estado do ano de 2004 faz o seguinte comentário:

Verifica-se no exercício de 2004, crescimento de 9,83% no saldo da Dívida Fundada Interna por Contratos em comparação com o saldo existente em 31/12/2003. As amortizações realizadas em 2004 são inferiores aos valores da correção monetária e juros, o que significa que a Dívida Fundada Interna por contratos cresce acima da capacidade de amortização. (SANTA CATARINA, 2005)

Fato comprovado pela demonstração das modificações do perfil da dívida consolidada, que representa as amortizações maiores que as operações realizadas nos dois últimos períodos da série, mas mesmo assim os montantes nominais da dívida aumentaram.

Kanitz (2005) afirma que “a única forma de reduzir os juros é reduzindo a dívida”, o que está correto, porém no caso específico de Santa Catarina o Estado está impedido de reduzi-la, pois o comprometimento de 11.5% da RCL não pode ser ultrapassado. Restando-lhe a possibilidade de aumentar a receita, sendo necessário não contratar mais dívidas.

É visto que não é intenção dos governantes deixar de contratar mais dívidas, prova disto é que a previsão orçamentária de receita com operações de crédito superou em muito as receitas realizadas com tais operações, nos anos de 2001 a 2004, como é possível comprovar no apêndice “G”, ou seja, a intenção de contratar mais dívidas existia, porém o fato da legislação restringir tais contratações é que impediram sua realização.

Outro fato citado por Kanitz (2005) é que não há intenção de se pagar as dívidas:

O ex-Ministro da Fazenda Delfim Netto ficou famoso em 1982, ao defender que **"Dívida não se paga. Dívida se rola"**. Foi o que todo governo fez desde então, aumentando a dívida cada vez mais ao longo do caminho, e por tabela, os juros.

Fato que também pode ser comprovado nos Balanços Gerais, pois dos contratos com saldos que compõem o passivo permanente referente a dívida interna 75% (6 em 8) referem-se a refinanciamentos ou reescalonamento da mesma. Os demais contratos, inclusive os externos, possuem carência mínima de 36 meses da data da assinatura do contrato, exceção apenas ao com a MLW – Intermed Handels, da Alemanha.

Isso ocorre, principalmente, porque quem as contratou não está mais no governo e não é intenção de quem se encontra nele de se desfazer dos recursos disponíveis para pagar as dívidas, pois corre o risco de ser taxado como inoperante, pois pode não restar recursos para investimentos que exaltariam o seu governo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal identificar as formas com que o Estado de Santa Catarina administra sua dívida consolidada e objetivos específicos de tabular sua composição e identificar: a evolução, detendo-se na dívida por contratos e em títulos; a estrutura administrativa adotada no controle interno para o gerenciamento da dívida e identificar e analisar algumas vantagens e desvantagens da contratação da dívida pública de longo prazo.

Limitou-se a coleta de dados para o período com base nas demonstrações contábeis do ano de 1994 até o término do exercício financeiro de 2004.

Utilizando-se das informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda na rede mundial de computadores identificou-se a estrutura administrativa adotada no controle interno, constatando que a dívida pública é controlada por uma gerência exclusiva.

A tabulação da composição da dívida foi baseada nos Balanços Gerais do ano de 1994 a 2004 e foi possível verificar a sua evolução nominal no decorrer da série, concluindo que a mesma atingiu o montante de R\$ 9.886.880.846 no término de 2004, o que representa 1,64 vezes a Receita Corrente Líquida.

Por meio da utilização de deflator aplicado a tabulação nominal obteve-se a dívida a preços constantes, que permitiu uma melhor análise da evolução da dívida, sendo constatado dois picos: em 1999 – R\$ 10.795.531.167,00 e 2002 – R\$ 10.540.062.573,00. Apesar da

inexistência de redução na dívida nominal da série estudada, a tabulação deflacionada demonstra redução da dívida em relação ao ano anterior nos anos de: 2000, 2001, 2003 e 2004, certamente por impossibilidade de contratação impostas pela LRF e Resoluções 40/2001 e 43/2001 do Senado Federal.

Com intuito de facilitar a análise da dívida foram feitas as tabulações da dívida convertida em dólar e em valores relativos: ao PIB-SC, a Receita Corrente Líquida e a Receita Líquida Disponível, o que somente ratificou a análise efetuada por meio de deflator.

Nas observações feitas pode ser constatado que dois pontos foram de maior relevância na evolução da dívida: em 1996 a emissão de LFTSC de forma ilegal, que culminou com o parecer prévio do TCE por rejeição das contas apresentadas pelo Governador naquele ano e em 1999, quando o Estado assumiu uma dívida de R\$ 2,129 bilhões para saneamento, federalização e posterior privatização do BESC.

Foi ressaltado que na atual condição o comprometimento anual com amortização, encargos e juros está acima de 11, 5% da RCL, o que representa dizer, que mesmo com as amortizações maiores que as operações de crédito realizadas, no mesmo período, não significa redução do estoque da dívida, pois os pagamentos são inferiores aos lançamentos de correção monetária e juros, gerando um aumento na dívida nominal do Estado.

A necessidade de adaptação às novas normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal já é uma realidade em Santa Catarina. O Governo vem cumprindo às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas terá que aumentar as receitas para de fato reduzir o endividamento, pois só está autorizado a efetuar pagamento até o montante de 11,5% da RCL do serviço da dívida.

Para isso o planejamento na administração pública é fundamental para o alcance dos objetivos, de forma responsável, com transparência e equilíbrio das finanças, com finalidade de atingir eficácia na gestão fiscal.

Nessa conjuntura a importância do Poder Legislativo é incontestável, com responsabilidade de fiscalizar a gestão dos recursos públicos, para impedir que sejam mal aplicados, já que contam com mecanismos que os habilitam à defesa do bem comum e dos reais interesses de suas comunidades. Apesar do Tribunal de Contas emitir o parecer prévio, são as câmaras que têm a responsabilidade de promover o julgamento final das contas anuais dos prefeitos, podendo acatar ou não o parecer prévio emitido.

Mais que avaliar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários e patrimoniais, os parlamentares devem zelar pela correta aplicação dos recursos públicos, contribuir para evitar a ocorrência de irregularidades e ilegalidades, defendendo as necessidades sociais.

4.1 RECOMENDAÇÕES

Aos interessados em aprimorar os estudos na área poderão consultar os seguintes trabalhos: Painéis de indicadores contábeis para diagnóstico financeiro e fiscal dos municípios, dissertação de mestrado, de autoria de Orion Augusto Platt Neto, Departamento de Ciências da Administração e O Banco do Estado de Santa Catarina e o seu processo de federalização, monografia, de autoria de Antônio Brandl Filho, Departamento de Ciências Econômicas.

Por fim, seria interessante realizar pesquisas, para novas monografias, como:

- pesquisar a comissão da Assembléia Legislativa: o aprimoramento técnico-crítico e instrumental para interpretar o parecer prévio do TCE;
- avaliar a qualidade do controle interno no montante da dívida; e
- pesquisar a qualidade dos investimentos realizados com os recursos oriundos de contratação de dívida consolidada.

REFERÊNCIAS

ANDIMA. **Séries Históricas - Dívida Pública**. Rio de Janeiro: Andima, 1994.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ARRUDA, Marcos. **Dívida e(x)terna: para o capital, tudo; para o social, migalhas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 2 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

BEUREN, Ilse Maria; Trajetória da construção de um trabalho monográfico em contabilidade. In: LONGARAY, Andre Andrade; et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BOBBIO, Norberto, 1909. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política**; tradução Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1987.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 31 de 14 de dezembro de 2000, ed. Atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Gestão de recursos federais – Manual para os Agentes Municipais**. Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 10 set 2005.

BRASIL. **Lei nº 4320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 10 set 2005.

BRASIL. **Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989**. Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 06 out 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993**. Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 06 out 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997**. Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 06 out 2005.

BRASIL. **Resolução nº 62 do Senado Federal**, de 28 de outubro de 1975. Dispõe sobre. Dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 10 set 2005.

BRASIL. **Resolução nº 93 do Senado Federal**, de 11 de outubro de 1976. Altera a Resolução nº 62, de 1975, que dispõe sobre operações de crédito dos Estados e Municípios, fixa seus limites e condições. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 10 set 2005.

BRASIL. **Resolução nº 69 do Senado Federal**, de 14 de dezembro de 1995. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 10 set 2005.

BRASIL. **Resolução nº 78 do Senado Federal**, de 1 de julho de 1998. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 10 set 2005.

BRASIL. **Resolução nº 40 do Senado Federal**, de 20 de dezembro de 2001. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 10 set 2005.

BRASIL. **Resolução nº 43 do Senado Federal**, de 21 de dezembro de 2001. Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Disponível em: <www.senado.gov.br> Acesso em: 10 set 2005.

CRUZ, Flávio da; et. al. **A Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada**: lei complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria Governamental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade e movimentação patrimonial do setor público**. Rio de Janeiro: Ed. Do autor, 1988 (atualizado 2005).

DOLINGER, Jacob. **A Dívida Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Claudia Duarte de. **Finanças públicas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Site Oficial. Disponível em: www.sef.sc.gov.br acessado em 20 out 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 08 nov 2005.

Inflação dispara e pressiona taxa de juros. **A Notícia**. 13 nov 2002. Joinville.

KANITZ, Stephen. **O Déficit Nominal Zero**. 2005. Disponível em: www.kanitz.com.br. Acesso em 5 Nov 2005.

KAFRUNI, Simone. **Onze empresas de SC faturam R\$ 44 bilhões**. Jornal Diário Catarinense. Ed. 9 out 2005. Florianópolis.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NAPOLEÃO, Aluísio. **Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

OLIVA, Alberto. **Filosofia da ciência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OLIVEIRA, Luis Martins de; PEREZ Jr, José Hernandez e SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica**. 2. ed. São Paulo – Atlas, 2004.

PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1999.

SÁ, A. Lopes de; SÁ, Ana M. Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**. 8. ed. São Paulo, Atlas, 1994.

SANTA CATARINA, **Constituição do Estado**, de 05 de outubro de 1989. Disponível em < www.alesc.sc.gov.br>. Acesso em: 10 set 2005.

SANTA CATARINA, **Lei Complementar nº 243**, de 30 de janeiro de 2003. Disponível em < www.alesc.sc.gov.br>. Acesso em: 10 set 2005.

SANTA CATARINA, **Lei Complementar nº 284**, de 28 de fevereiro de 2003. Estabelece modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo. Disponível em < www.alesc.sc.gov.br>. Acesso em: 15 nov 2005.

SANTA CATARINA, **Decreto do Poder Executivo nº 3.372**, de 1 de agosto de 2005. Regulamenta o Sistema de Controle Interno previsto nos artigos 28, inciso II, 146 e 147 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005 e dá outras providências. Disponível em < www.alesc.sc.gov.br>. Acesso em: 15 nov 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Site oficial. Disponível em: www.sef.sc.gov.br. Acessado em 20 out 2005.

SILVA, Fernando Antonio Rezende da. **Finanças Públicas**. São Paulo, Atlas, 1979.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental, um enfoque administrativo**. 7^a ed. São Paulo: Atlas, 2004.

APÊNDICE "G"

TABELA COMPARATIVA ENTRE RECEITA CORRENTE LÍQUIDA E
RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL

ANO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL	Variação
1994	1.224.023.000,00	X	X
1995	2.177.863.138,92	1.614.000.000,00	25,89%
1996	2.592.381.782,14	1.822.292.577,38	29,71%
1997	2.254.057.442,89	1.980.410.391,02	12,14%
1998	2.263.593.828,66	2.053.715.511,84	9,27%
1999	2.823.397.879,52	2.270.186.238,97	19,59%
2000	3.297.158.800,53	2.767.004.912,03	16,08%
2001	3.904.463.429,41	3.135.314.481,89	19,70%
2002	4.373.551.200,04	3.665.885.790,68	16,18%
2003	5.129.577.648,11	4.393.556.471,98	14,35%
2004	5.669.193.718,27	4.853.170.409,74	14,39%

Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1994 a 2004

TABULAÇÃO DA PREVISÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DA RECEITA
COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Ano	Previsão orçamentária de operações de crédito	Receita de operações de crédito realizadas	Variação
1994	2.591.831	242.455.000	9.254,58
1995	104.290.693	145.238.000	39,26
1996	307.051.092	939.022.756	205,82
1997	487.727.897	495.393.724	1,57
1998	48.054.060	45.448.356	(5,42)
1999	41.664.000	284.554.000	582,97
2000	65.810.000	800.115.884	1.115,80
2001	1.496.236.664	9.300.000	(99,38)
2002	1.798.825.000	1.033.919.574	(42,52)
2003	1.760.365.500	112.055.058	(93,63)
2004	222.444.699	90.591.231	(59,27)

Fonte: Balanços Gerais do Estado de 1994 a 2004

APÊNDICE "H"

TABELA DO ÍNDICE DE DEFLACIONAMENTO

Mês	Variação acumulada	Deflator
dez/94	107,325	3,0453
dez/95	123,187	2,6531
dez/96	134,689	2,4266
dez/97	144,765	2,2577
dez/98	147,231	2,2199
dez/99	176,647	1,8502
dez/00	193,97	1,6850
dez/01	214,137	1,5263
dez/02	270,692	1,2074
dez/03	291,462	1,1214
dez/04	326,833	1,0000

Fonte: Fundação Getulio Vargas

TABELA DA COTAÇÃO DO DÓLAR

Data	Custo de 1 dólar
30/12/94	0,846
29/12/95	0,9725
31/12/96	1,0394
31/12/97	1,1164
31/12/98	1,2087
31/12/99	1,789
29/12/00	1,9554
31/12/01	2,3204
31/12/02	3,5333
31/12/03	2,8892
31/12/04	2,6544

Fonte: Banco Central

ANEXO A

LEI Nº 7.976, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1989

Dispõe sobre o refinanciamento pela União da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas entidades da Administração Indireta, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo refinanciará, no prazo de 20 (vinte) anos, em prestações semestrais, as dívidas de entidades da Administração Direta e Indireta, estadual e municipal, derivadas de empréstimos que lhes tenham sido concedidos pela União, com a finalidade de honrar compromissos financeiros decorrentes de operações de crédito externo, garantidas pelo Tesouro Nacional.

Parágrafo único. Em relação a cada entidade, o valor do refinanciamento de que trata o *caput* deste artigo será limitado ao montante correspondente ao saldo da dívida existente em 1º de janeiro de 1990.

Art. 2º Observados os limites fixados nos respectivos Orçamentos da União, será objeto de financiamento, a partir de 1990, nas condições previstas nesta Lei, o montante da dívida externa, vencível em cada exercício civil, das entidades referidas no artigo anterior, contratada até 31 de dezembro de 1988, com a garantia do Tesouro Nacional e prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Parágrafo único. O prazo máximo de vigência dos contratos a serem celebrados com base nas disposições deste artigo não poderá ser superior ao prazo verificado entre a data da respectiva assinatura e o termo final de vigência dos contratos de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. 3º Os contratos de financiamento e refinanciamento de que trata esta Lei serão firmados pelo Banco do Brasil S.A., na qualidade de agente do Tesouro Nacional, e conterão, necessariamente, cláusulas estipulando:

I - correção monetária e juros equivalentes àqueles pagos pelo Governo Federal nos respectivos contratos externos;

II - vinculação das quotas ou parcelas referidas no art. 159 da Constituição Federal, em garantia;

III - pagamento integral dos juros, inclusive nos períodos de carência;

IV - demais cláusulas e condições usualmente pactuadas em negócios jurídicos de espécie; e

V - o pagamento semestral, pelo mutuário, ao Banco do Brasil S.A., de uma comissão de administração, correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, calculada sobre o saldo devedor existente no último dia civil dos meses de junho e dezembro de cada ano, no vencimento e na liquidação do contrato.

Art. 4º Todos os eventuais benefícios que a União vier a obter em futuras renegociações com credores externos, referentes aos débitos financiados e refinanciados nos termos desta Lei, serão automaticamente repassados às entidades, referidas no art. 1º desta Lei.

Art. 5º Os contratos de refinanciamento e de financiamento de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei estabelecerão prazo de carência para o pagamento do principal até o último dia civil do exercício de 1994.

Art. 6º Serão refinanciadas, nos prazos desta Lei, as operações de créditos internas realizadas com base no disposto nos Votos nº 340, de 30 de julho de 1987, e nº 548, de 14 de dezembro de 1987, do Conselho Monetário Nacional.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY

Mailson Ferreira da Nóbrega

João Batista de Abreu

Fonte: **Senado Federal** - Subsecretaria de Informações

Disponível: www.senado.gov.br

ANEXO B

LEI Nº 8.727, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1993.

Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Serão refinanciados pela União, nos termos desta lei, os saldos devedores existentes em 30 de junho de 1993, inclusive as parcelas vencidas, observado o disposto no art. 7º, de todas as operações de crédito interno contratadas até 30 de setembro de 1991 junto a órgãos e entidades controlados direta ou indiretamente pela União, de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como de suas autarquias, fundações públicas e empresas das quais detenham direta ou indiretamente o controle acionário, ainda que tenham sido posteriormente repactuadas.

1º A critério dos devedores, poderá ser incorporado aos saldos a serem refinanciados o montante da dívida existente em 30 de junho de 1993, inclusive as parcelas vencidas, observado o disposto no art. 7º, de responsabilidade das entidades de que trata o *caput* deste artigo, decorrente de obrigações financeiras garantidas pela União junto a bancos comerciais estrangeiros, substituídas por títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em conformidade com o acordo denominado Brazil Investment Bond Exchange Agreement-BIBs, firmado em 22 de setembro de 1988.

2º O refinanciamento de que trata este artigo não abrangerá as seguintes dívidas:

- a) renegociadas com base na Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989, no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;
- b) junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), relativas a contribuições compulsórias;
- c) oriundas de repasses ou de refinanciamentos efetuados ao setor privado, ou ao setor público se contratados junto a instituição financeira privada;
- d) decorrentes de crédito imobiliário não destinado ao financiamento de habitações populares;
- e) financiamentos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), salvo se destinados à construção de habitações populares e a obras de saneamento e de desenvolvimento urbano;
- f) originadas de contratos de capital de giro, fornecimento, vendas, prestação de serviços ou outras operações de natureza mercantil;
- g) operações por antecipação de receita orçamentária;
- h) inscritas na Dívida Ativa da União.

3º A formalização dos contratos de refinanciamento será precedida da assunção, pelos Estados, Distrito Federal e municípios, das dívidas de responsabilidade de suas entidades controladas direta ou indiretamente, salvo na hipótese do art. 5º, e da transferência dos créditos entidades federais para a União.

4º Os saldos devedores iniciais previstos no *caput* deste artigo serão calculados com atualização monetária *pro rata die* até 30 de junho de 1993 e de acordo com as condições e encargos financeiros previstos nos contratos originais.

5º Dos saldos devedores iniciais poderão ser deduzidos os créditos líquidos e certos decorrentes de operações de crédito contratadas até 30 de setembro de 1991, atualizadas *pro*

rata die até 30 de junho de 1993, que os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações públicas e empresas das quais detenham direta ou indiretamente o controle acionário tenham contra órgãos e entidades controlados direta ou indiretamente pela União, exceto em relação ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), e desde que a respectiva documentação seja apresentada no prazo máximo de trinta dias após a publicação desta lei.

6º Os créditos a que se refere o § 5º deverão ser transferidos para a União, que se sub-rogará nos direitos correspondentes, ficando os dirigentes das entidades devedoras obrigados a regularizar a situação dos respectivos débitos no prazo de noventa dias.

7º Os saldos devedores líquidos a serem refinanciados serão atualizados de 30 de junho de 1993 até o primeiro dia do mês de assinatura dos respectivos contratos, *pro rata die*, de acordo com as condições e encargos financeiros previstos nos contratos originais.

8º Os saldos refinanciados estarão sujeitos, a partir do primeiro dia do mês de assinatura dos respectivos contratos, a taxas de juros equivalentes à média ponderada das taxas anuais estabelecidas nos contratos mantidos pelo devedor junto a cada credor, que incidirão sobre os saldos devedores atualizados monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro determinado pelo Poder Executivo da União caso o IGPM venha a ser extinto, salvo o disposto no § 9º deste artigo.

9º Nos financiamentos relativos a operações de crédito originalmente firmadas com a Caixa Econômica Federal, o índice de atualização monetária será o mesmo aplicado nas operações passivas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; e, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), será utilizado o mesmo índice aplicado nas operações passivas do Fundo de Assistência ao Trabalhador (Fat) e do PIS-PASEP.

10. O refinanciamento a que se refere este artigo será pago em duzentas e quarenta prestações mensais e consecutivas, sem carência, calculadas com base na Tabela *Price*, vencíveis no primeiro dia de cada mês, respeitado o disposto no art. 13.

11. Ocorrendo impontualidade no pagamento das prestações mensais e consecutivas do refinanciamento, o devedor pagará juros de mora de um por cento ao mês, incidente sobre tudo que for devido pelo atraso verificado, com o valor corrigido monetariamente *pro rata die*, independentemente de qualquer aviso, medida extrajudicial ou judicial, e sem prejuízo das demais cominações legais ou contratuais.

Art. 2º A parcela das prestações do refinanciamento que ultrapassar o limite de comprometimento de receitas estabelecido pelo Senado Federal, após o pagamento dos compromissos do devedor no respectivo mês com a dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991, dívidas de que tratam as alíneas "a" e "b" do § 2º do art. 1º, e serviço com a dívida mobiliária que não possa ser objeto de rolagem segundo as normas legais vigentes, será acumulada para pagamento nos meses seguintes, respeitado sempre o limite, refinanciando-se o resíduo final em até cento e vinte prestações mensais e consecutivas, calculadas com base na Tabela *Price*, vencíveis a partir do vencimento da última prestação a que se refere o § 10 do art. 1º e mantidas as mesmas condições de pagamento e de encargos financeiros previstos nos §§ 8º, 9º e 11 do art. 1º.

Parágrafo único. O número de meses adicionais de refinanciamento do resíduo final será estipulado de modo a que o valor das prestações corresponda, no mínimo, à média dos pagamentos efetuados durante o prazo inicial, respeitado sempre o limite de comprometimento de receitas e observadas as demais regras do *caput* aplicáveis.

Art. 3º Serão vinculados em garantia dos contratos de refinanciamento as receitas próprias e os recursos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios de que tratam os arts. 155, 156, 157, 158 e 159, I, *a* e *b*, e II da Constituição Federal, sem prejuízo de outras garantias admitidas em Direito.

Parágrafo único. Em caso de inadimplência que persista por mais de dez dias, o Tesouro Nacional executará as garantias de que trata este artigo, no montante dos valores não pagos com os acréscimos legais e contratuais, sacando contra as contas bancárias depositárias das receitas próprias e recursos de que trata o *caput*, e com uso das demais garantias existentes.

Art. 4º O Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Fazenda, assegurará aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como às suas autarquias, fundações públicas e empresas das quais detenham direta ou indiretamente o controle acionário, em suas operações de crédito externo alcançadas por renegociações junto a credores estrangeiros, as mesmas condições que o Brasil venha a obter para pagamento e refinanciamento da dívida externa.

Parágrafo único. As dívidas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios junto ao Tesouro Nacional, decorrentes de negociações de contratos de dívida externa, deverão receber as mesmas garantias de que trata o art. 3º e, sendo essas insuficientes, outras garantias admitidas em Direito.

Art. 5º Poderá ser exigido o refinanciamento em separado, diretamente com a União, na forma do art. 18 e segundo os princípios cabíveis estabelecidos no art. 1º, das dívidas de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas receitas sejam suficientes para pagamento das parcelas do refinanciamento, incluindo-se, quanto a concessionárias de energia elétrica, débitos decorrentes de fornecimento de energia e óleo combustível.

1º O refinanciamento a que se refere este artigo é assegurado a débitos não alcançados pelas regras da Lei nº 7.976, de 1989, devendo regularizar suas posições junto ao Tesouro Nacional, como condição prévia à assinatura dos contratos.

2º O montante líquido refinanciado será garantido pelas receitas próprias das empresas, ficando os respectivos controladores obrigados a complementar as garantias na forma do art. 3º, caso sobrevenha insuficiência na receita dos devedores.

3º Para fins de apuração do montante líquido a ser refinanciado, os concessionários de energia elétrica poderão utilizar, após outras compensações estabelecidas na Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, os saldos credores na Conta de Resultados a Compensar (CRC), acumulados até 18 de março de 1993 e atualizados até 30 de junho de 1993, excluídos os efeitos da Correção Monetária Especial a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

4º Os saldos remanescentes do CRC, após as compensações previstas no § 3º, poderão ser utilizados, mediante acerto com os concessionários, pelos estados, Distrito Federal e municípios, que detenham seu controle acionário, para fins de apuração do montante líquido a ser refinanciado, na forma do § 5º do art. 1º, ou para dedução do saldo devedor da renegociação resultante da Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989.

Art. 6º O Banco Central do Brasil definirá critérios e mecanismos para o refinanciamento da dívida pública mobiliária dos estados e dos municípios, sujeitos à aprovação do Ministério da Fazenda, que encaminhará o documento pertinente ao Senado Federal no prazo máximo de noventa dias a partir da publicação desta lei, dependendo de sua aprovação as propostas que se insiram na competência privativa de que trata o inciso IX do art. 52 da Constituição Federal.

Art. 7º Como condição prévia à celebração dos contratos de refinanciamento previstos nesta lei, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações públicas e empresas das quais detenham direta ou indiretamente o controle acionário deverão estar adimplentes com todas as parcelas e encargos financeiros relativos aos contratos passíveis de refinanciamento, vencidos entre 30 de junho de 1993 e o último dia do mês anterior ao da assinatura do contrato de refinanciamento.

1º A formalização dos contratos de refinanciamento fica igualmente condicionada à comprovação de regularidade quanto aos recolhimentos de contribuições compulsórias do FGTS, INSS, PIS-Pasep e Finsocial/Cofins.

2º Para efeito de comprovação de adimplência será permitido que os pagamentos dos compromissos passíveis de refinanciamento, vencidos entre 30 de junho de 1993 e o último dia do mês anterior à assinatura dos contratos, fiquem contidos no limite de comprometimento de receitas estabelecido pela Resolução nº 36/92 do Senado Federal, ou outra que vigore no mês de vencimento da respectiva obrigação.

Art. 8º Para efeito do disposto nesta lei, serão observadas as resoluções do Senado Federal, de conformidade com o disposto no art. 52 da Constituição Federal.

Art. 9º O Ministério da Fazenda encaminhará às Comissões de Finanças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cópia dos contratos de refinanciamento disciplinados nesta lei, juntamente com planilha demonstrativa dos valores e demais informações referentes aos contratos originais, e relatórios periódicos sobre a evolução das dívidas refinanciadas.

Art. 10. Os créditos transferidos à União estarão sujeitos aos mesmos encargos financeiros incidentes nas respectivas operações de refinanciamento, previstos nos §§ 8º e 9º do art. 1º.

Parágrafo único. Na hipótese de refinanciamento das dívidas das empresas de que trata o art. 5º, as taxas de juros serão fixadas em função das taxas médias ponderadas relativas às operações de sua responsabilidade.

Art. 11. Os valores efetivamente recebidos pelo Tesouro Nacional à conta dos refinanciamentos previstos nesta lei serão destinados exclusivamente ao pagamento das entidades originalmente credoras, no prazo máximo de dois dias úteis, proporcionalmente ao valor global das prestações previstas nos contratos primitivos.

1º A União deverá assumir o risco de crédito das operações de refinanciamento se ocorrer inadimplência do devedor e ela, podendo fazê-lo, não executar as garantias de que trata o art. 3º, caso em que pagará os credores originais no prazo máximo de noventa dias do vencimento da respectiva parcela, corrigindo-se os valores na forma contratual.

2º Os valores correspondentes aos créditos compensados na forma do § 4º do art. 5º e § 5º do art. 1º serão pagos pela União às entidades federais nos mesmos prazos e condições dos refinanciamentos contratados com os cedentes desses créditos, observada a proporcionalidade prevista no *caput* deste artigo.

Art. 12. O Poder Executivo fará constar da proposta orçamentária, anualmente e até a final liquidação dos saldos devedores dos refinanciamentos, as despesas relativas às obrigações assumidas pela União.

Art. 13. Será concedido prazo de carência parcial, a critério do devedor, em função dos valores pagos no período de 1º de outubro de 1991 a 30 de junho de 1993, relativos a operações passíveis de refinanciamento.

1º O número de meses de carência parcial será obtido pela divisão dos valores pagos, atualizados com base nos indexadores dos respectivos contratos, pelo valor da primeira prestação do refinanciamento calculado com base na Tabela *Price*, na forma do § 10 do art. 1º.

2º Durante o prazo de carência parcial os devedores poderão pagar apenas sessenta por cento do valor da prestação, aplicando-se às diferenças não pagas os mesmos critérios de pagamento, refinanciamento e atualização estabelecidos no art. 2º para as parcelas de prestações do refinanciamento que ultrapassarem o limite de comprometimento de receitas.

Art. 14. Os dirigentes das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União convocarão, no prazo de quinze dias a partir da publicação desta lei, Assembléia Geral de Acionistas para deliberar sobre a adesão ao programa de refinanciamento previsto nesta lei.

Parágrafo único. As entidades credoras cujo capital social pertença exclusivamente à União adotarão as providências que se fizerem necessárias à adesão ao programa de refinanciamento.

Art. 15. Os contratos de refinanciamento a que se refere esta Lei deverão ser celebrados no prazo de cento e cinquenta dias a partir de sua publicação, desde que nesse período todos os atos legais e administrativos de responsabilidade da União habilitem-na a firmar tais contratos, prorrogável por até noventa dias por decisão fundamentada do Ministro de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no *caput*, as entidades federais credoras deverão deflagrar ou intensificar, conforme o caso, o processo de cobrança de todas as dívidas vencidas que não tenham sido objeto de refinanciamento, com execução das garantias existentes.

Art. 16. Somente por lei poderão ser autorizadas novas composições ou prorrogações das dívidas refinanciadas com base nesta lei, ou, ainda, alteração a qualquer título das condições de refinanciamento ora estabelecidas.

Art. 17. Fica vedada a concessão de financiamentos e garantias de qualquer espécie, por parte da União ou de entidade por ela controlada direta ou indiretamente, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como às entidades por eles controladas, em caso de inadimplência em seus compromissos junto à União e suas entidades, decorrentes de operações de crédito.

Art. 18. Fica o Banco do Brasil S.A. designado agente financeiro da União para o fim de celebração, acompanhamento e controle dos contratos de refinanciamento de que trata esta lei, fazendo jus à remuneração de 0,10% ao ano, calculada sobre os saldos devedores atualizados, a ser paga mensalmente pelo devedor.

Art. 19. Até que sejam assinados os contratos de refinanciamento, desde que não seja ultrapassado o prazo do art. 15, os créditos das instituições financeiras públicas que estejam vencidos, relativos a financiamentos passíveis de serem refinanciados nos termos desta lei, poderão não ser considerados como inadimplência para fins de contabilização pela respectiva instituição.

Art. 20. Preliminarmente à assinatura dos contratos, os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão adaptar as respectivas legislações no que for necessário ao cumprimento das disposições desta Lei, especialmente no que tange ao oferecimento das garantias de que trata o art. 3º.

Art. 21. Os estados, o Distrito Federal e os municípios que celebrarem contratos de refinanciamento de suas dívidas nos termos desta Lei, ficam obrigados a remeter à Secretaria do Tesouro Nacional, até o vigésimo quinto dia do mês subsequente, Balancete da Execução Orçamentária mensal dos itens de Receita e Despesa, bem como demonstrativo do cronograma de compromissos da dívida vincenda, em formulários próprios a serem definidos pela referida Secretaria.

1º Para cálculo dos limites de pagamento de que trata esta lei, serão considerados os valores relativos aos meses que antecederem o segundo mês anterior ao de pagamento da parcela mensal.

2º O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo será considerado inadimplência para os fins de que trata o art. 17 desta Lei.

Art. 22. Aplicam-se a esta lei os dispositivos das Leis de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento concernentes à Lei nº 8.388, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de novembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Fernando Henrique Cardoso

LEI Nº 8.727, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1993

Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.

Retificação

- Na página 16674, 1ª coluna, no art. 1º, § 3º, onde se lê:

"...crédito entidades federais para a União."

Leia-se:

"...crédito de entidades federais para a União."

- Na página 16674, 2ª coluna, no art. 3º, parágrafo único, onde se lê:

"...e com uso das demais garantias existentes..."

Leia-se:

"...e com o uso das demais garantias existentes..."

- Na página 16674, 2ª coluna, no art. 5º, onde se lê:

"Art. 5º Poderá ser exigido o refinanciamento em separado..."

Leia-se:

"Art. 5º Poderá ser exigido o refinanciamento em separado..."

- Na página 16674, 2ª coluna, no art. 5º, § 1º, onde se lê:

"§ 1º O refinanciamento a que se refere este artigo é assegurado a débitos não alcançados pelas regras da Lei nº 7.976, de 1989, devendo regularizar suas posições junto ao Tesouro Nacional, como condição prévia à assinatura dos contratos."

Leia-se:

"§ 1º O refinanciamento a que se refere este artigo é assegurado a débitos não alcançados pelas regras da Lei nº 7.976, de 1989, devendo as entidades inadimplentes em relação a essas dívidas regularizar suas posições junto ao Tesouro Nacional, como condição prévia à assinatura dos contratos."

Fonte: **Senado Federal** - Subsecretaria de Informações

Disponível: www.senado.gov.br

ANEXO C

LEI Nº 9.496, DE 11 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º Fica a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados autorizada, até 31 de março de 1998 a:

I - assumir a dívida pública mobiliária dos estados e do Distrito Federal, bem como, ao exclusivo critério do Poder Executivo Federal, outras obrigações decorrentes de operações de crédito interno e externo, ou de natureza contratual, relativas a despesas de investimentos, líquidas e certas, exigíveis até 31 de dezembro de 1994;

II - assumir os empréstimos tomados pelos estados e pelo Distrito Federal junto à Caixa Econômica Federal, com amparo na Resolução nº 70, de 5 de dezembro de 1995, do Senado Federal;

III - compensar, ao exclusivo critério do Ministério da Fazenda, os créditos então assumidos com eventuais créditos de natureza contratual, líquidos, certos e exigíveis, detidos pelas unidades da Federação contra a União;

IV - refinar os créditos decorrentes da assunção a que se refere o inciso I, juntamente com créditos titulados pela União contra as unidades da Federação, estes a exclusivo critério do Ministério da Fazenda.

§ 1º As dívidas de que trata o inciso I são aquelas constituídas até 31 de março de 1996 e as que, constituídas após essa data, consubstanciam simples rolagem de dívidas anteriores.

§ 2º Não serão abrangidas pela assunção a que se referem os incisos I e II, nem pelo refinanciamento a que se refere o inciso IV:

a) as obrigações originárias de contratos de natureza mercantil, excetuadas as compreendidas nas disposições do inciso I;

b) as obrigações decorrentes de operações com organismos financeiros internacionais, excetuadas as compreendidas nas disposições do inciso I;

c) as obrigações já refinanciadas pela União, excetuadas as compreendidas nas disposições do inciso I.

§ 3º As operações autorizadas neste artigo dependerão do estabelecimento, pelas unidades da Federação, de Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, acordado com o Governo Federal.

§ 4º O prazo previsto no *caput* poderá ser prorrogado por até noventa dias, por decisão fundamentada do Ministro de Estado da Fazenda, desde que:

a) tenha sido firmado protocolo entre os Governos Federal e Estadual, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e no Ajuste Fiscal dos Estados;

b) o estado tenha obtido as autorizações legislativas necessárias para celebração dos contratos previstos no protocolo a que se refere a alínea anterior.

Art 2º O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, além dos objetivos específicos para cada unidade da Federação, conterá, obrigatoriamente, metas ou compromissos quanto a:

I - dívida financeira em relação à receita líquida real - RLR;

II - resultado primário, entendido como a diferença entre as receitas e despesas não financeiras;

III - despesas com funcionalismo público;

IV - arrecadação de receitas próprias;

V - privatização, permissão ou concessão de serviços públicos, reforma administrativa e patrimonial;

VI - despesas de investimento em relação à RLR.

Parágrafo único. Entende-se como receita líquida real, para os efeitos desta Lei, a receita realizada nos doze meses anteriores no mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital e, no caso dos estados, as transferências aos municípios por participações constitucionais e legais.

Art 3º Os contratos de refinanciamento de que trata esta Lei serão pagos em até 360 (trezentos e sessenta) prestações mensais e sucessivas, calculadas com base na Tabela Price, vencendo-se a primeira trinta dias após a data da assinatura do contrato e as seguintes em igual dia dos meses subsequentes, observadas as seguintes condições:

I - juros: calculados e debitados mensalmente, à taxa mínima de seis por cento ao ano, sobre o saldo devedor previamente atualizado;

II - atualização monetária: calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 1º Para apuração do valor a ser refinanciado relativo à dívida mobiliária, as condições financeiras básicas estabelecidas no *caput* poderão retroagir até 31 de março de 1996.

§ 2º Para a apuração do valor a ser refinanciado relativo às demais obrigações, as condições financeiras básicas estabelecidas no *caput* poderão retroagir até 120 (cento e vinte) dias anteriores à celebração do contrato de refinanciamento, observada, como limite, a data da aprovação do protocolo pelo Senado Federal.

§ 3º A parcela a ser amortizada na forma do art. 7º poderá ser atualizada de acordo com o disposto no § 1º.

§ 4º Nas hipóteses dos parágrafos anteriores, caberá à União arcar com os eventuais custos decorrentes de sua aplicação.

§ 5º Enquanto a dívida financeira da unidade da Federação for superior à sua RLR anual, o contrato de refinanciamento deverá prever que a unidade da Federação:

a) não poderá emitir novos títulos públicos no mercado interno, exceto nos casos previstos no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

b) somente poderá contrair novas dívidas, inclusive empréstimos externos junto a organismos financeiros internacionais, se cumprir as metas relativas à dívida financeira na trajetória estabelecida no programa;

c) não poderá atribuir a suas instituições financeiras a administração de títulos estaduais e municipais junto a centrais de custódia de títulos e valores mobiliários.

§ 6º A não observância das metas e compromissos estabelecidos no Programa implicará, durante o período em que durar o descumprimento, sem prejuízo das demais cominações pactuadas nos contratos de financiamento, a substituição dos encargos financeiros mencionados neste artigo pelo custo médio de captação da dívida mobiliária federal, acrescido de um por cento ao ano, e na elevação em quatro pontos percentuais do comprometimento estabelecido com base no art. 5º.

Art 4º Os contratos de refinanciamento deverão contar com adequadas garantias que incluirão, obrigatoriamente, a vinculação de receitas próprias e dos recursos de que tratam os arts. 155, 157 e 159, incisos I, "a", e II da Constituição.

Art 5º Os contratos de refinanciamento poderão estabelecer limite máximo de comprometimento da RLR para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada nos termos desta Lei.

Art 6º Para fins de aplicação do limite estabelecido no art. 5º, poderão ser deduzidos do limite apurado as despesas efetivamente realizadas no mês anterior pelo refinanciado, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I - dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II - dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III - dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993;

IV - dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V - comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993;

VI - dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações.

§ 1º Poderão, ainda, ser deduzidas as despesas referentes a principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

§ 2º Os valores que ultrapassarem o limite terão seu pagamento postergado, sobre eles incidindo os encargos financeiros dos contratos de refinanciamento, para o momento em que os serviços das mesmas dívidas comprometer valor inferior ao limite.

§ 3º O limite de comprometimento estabelecido na forma deste artigo será mantido até que os valores postergados na forma do parágrafo anterior estejam totalmente liquidados e a dívida financeira total da unidade da Federação seja igual ou inferior a sua RLR anual.

§ 4º Estabelecido nos contratos de refinanciamento o limite de comprometimento, este não poderá ser reduzido nem ser aplicado a outras dívidas que não estejam relacionadas no *caput* deste artigo.

§ 5º Eventual saldo devedor resultante da aplicação do disposto neste artigo poderá ser renegociado nas mesmas condições previstas nesta Lei, em até 120 (cento e vinte) meses, a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento.

§ 6º No caso do parágrafo anterior, as prestações não poderão ser inferiores ao valor da última prestação do refinanciamento.

Art 7º Fica a União autorizada a receber das Unidades da Federação bens, direitos e ações, para fins de amortização extraordinária dos contratos de refinanciamento celebrados na forma desta Lei.

Art 8º Para efeito da amortização extraordinária dos contratos de refinanciamento celebrados na forma desta Lei, poderão ser utilizados pelos estados os créditos não repassados pela União, relativos à atualização monetária do IPI-Exportação.

Parágrafo único. A utilização da prerrogativa de que trata o *caput* fica condicionada à adoção, pelos estados, das seguintes providências:

a) obtenção da competente autorização legislativa;

b) repasse, aos respectivos municípios, da importância correspondente aos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do crédito utilizado, conforme estabelecido no § 3º do art. 159 da Constituição Federal.

Art 9º A União poderá contratar com instituição financeira pública federal os serviços de agente financeiro para celebração, acompanhamento e controle dos contratos de refinanciamento de que trata esta Lei, cuja remuneração será, nos termos dos contratos de refinanciamento, custeada pelas unidades da Federação.

Art 10. O Ministro de Estado da Fazenda encaminhará às Comissões de Finanças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal cópias dos contratos de refinanciamento disciplinados nesta Lei.

Art 11. A União poderá securitizar as obrigações assumidas ou emitir títulos do Tesouro Nacional, com forma de colocação, prazo de resgate e juros estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Fazenda, ouvido o Ministério do Planejamento e Orçamento, com vistas à obtenção dos recursos necessários à execução do disposto nesta Lei.

Art 12. A receita proveniente do pagamento dos refinanciamentos concedidos aos estados e ao Distrito Federal, nos termos desta Lei, será integralmente utilizada para abatimento de dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional.

Art 13. O § 4º do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, com a redação dada pela Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º.....

4º A Eletrobrás destinará os recursos da RGR aos fins estipulados neste artigo, inclusive à concessão de financiamento às empresas concessionárias, para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica e para reativação do programa de conservação de energia elétrica, mediante projetos específicos, podendo, ainda, aplicar tais recursos na aquisição de ações do capital social de empresas concessionárias sob controle dos Governos Estaduais, com o objetivo de promover a respectiva desestatização."

Art 14 Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.560-8, de 12 de agosto de 1997.

Art 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de setembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Fonte: **Senado Federal** - Subsecretaria de Informações

Disponível: www.senado.gov.br

APÊNDICE "A"

TABELAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA - INTERNA E EXTERNA ADMINISTRAÇÃO DIRETA EXERCÍCIOS DE 1994 A 2004 - POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO - Nominal

ESPECIFICAÇÃO	POSIÇÃO EM 31/12/1994	POSIÇÃO EM 31/12/1995	POSIÇÃO EM 31/12/1996	POSIÇÃO EM 31/12/1997	POSIÇÃO EM 31/12/1998	POSIÇÃO EM 31/12/1999	POSIÇÃO EM 31/12/2000	POSIÇÃO EM 31/12/2001	POSIÇÃO EM 31/12/2002	POSIÇÃO EM 31/12/2003	POSIÇÃO EM 31/12/2004
1 - DÍVIDA INTERNA	1.585.712.348	2.090.088.849	3.086.044.305	3.517.983.997	4.066.706.742	5.460.019.388	5.792.822.030	5.810.644.896	8.154.916.042	8.569.479.893	9.411.117.228
1.1 - POR CONTRATOS	1.162.646.650	1.445.447.471	1.634.673.005	1.718.007.921	3.134.420.517	4.523.131.929	5.171.902.199	5.810.644.896	8.154.916.042	8.569.479.893	9.411.117.228
BNDES	17.322.604	22.393.525	21.684.742	18.247.747	14.708.560	10.887.587	6.324.336	1.307.233	-	-	-
LEI 7976/89 - BCO BRASIL	466.355.668	549.673.479	571.738.935	575.256.791	573.346.405	594.189.739	561.541.836	545.849.433	604.907.517	472.832.708	381.582.687
LEI 8727/93 - BCO BRASIL	310.778.032	413.437.011	435.448.388	459.095.781	606.405.891	675.346.275	663.736.416	663.085.524	680.243.357	685.431.657	671.933.192
BCO DO BRASIL/BEA	-	-	5.646.662	4.875.806	4.607.899	2.643.243	-	-	-	-	-
BRDE	130.368.338	149.524.701	167.327.880	199.015.353	-	-	-	-	-	-	-
FINEP	-	1.906.036	3.652.662	5.207.993	4.695.882	4.172.277	4.762.442	3.665.112	2.497.797	1.257.437	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	-	73.330.977	64.859.167	1.129.356	4.164.917	7.223.067	17.646.934	33.496.145	34.214.271	36.653.418
CELESC/CRC	237.822.008	308.512.719	351.184.653	391.449.283	428.582.208	496.447.352	558.309.052	652.749.134	785.135.597	853.237.803	868.042.563
BCO DO BRASIL/DMLP	-	-	-	-	46.436.168	76.689.765	75.041.726	108.619.236	145.684.317	104.768.501	88.053.018
LEI 9496/98 - BCO BRASIL	-	-	-	-	1.454.508.148	2.652.795.424	3.289.620.505	3.812.466.516	5.894.938.094	6.411.512.559	7.306.357.877
BCO DO BRASIL/CLUBE DE PARIS	-	-	-	-	-	5.795.350	5.342.817	5.255.774	8.013.218	6.224.956	4.342.879
PASEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.151.594
OUTRAS DÍVIDAS	-	-	4.658.107	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 - EM TÍTULOS	423.065.698	644.641.378	1.451.371.300	1.799.976.076	932.286.225	936.887.459	620.919.832	-	-	-	-
2 - DÍVIDA EXTERNA	169.401.256	211.116.868	231.031.969	258.545.213	263.526.178	358.004.303	368.923.471	381.000.382	574.651.101	495.236.709	475.763.618
2.1 - POR CONTRATOS	169.401.256	211.116.868	231.031.969	258.545.213	263.526.178	358.004.303	368.923.471	381.000.382	574.651.101	495.236.709	475.763.618
2.1.1 - BCO DO BRASIL	7.535.359	8.622.224	9.214.414	9.897.029	-	-	-	-	-	-	-
2.1.2 - BCO INTER. DE DESENV. - BID	85.635.353	100.518.069	108.317.763	125.700.394	161.026.080	230.676.496	254.799.099	272.625.606	437.490.289	403.398.766	412.192.640
2.1.3 - MANUFACTURERS	4.910.385	5.618.636	6.004.535	6.449.358	-	-	-	-	-	-	-
2.1.4 - COMMERZBANK	6.393.425	7.315.582	7.818.030	8.397.199	-	-	-	-	-	-	-
2.1.5 - EUROPEAN B. BANK	2.833.333	3.242.000	3.464.667	3.721.333	-	-	-	-	-	-	-
2.1.6 - INTERFIRST B. DALLAS	701.250	802.395	857.505	921.030	-	-	-	-	-	-	-
2.1.7 - HARRIS T. AND SAVINGS	1.297.100	1.484.188	1.586.124	1.703.626	-	-	-	-	-	-	-
2.1.8 - LLOYDS MERCHANT BANK	7.369.500	8.432.442	9.011.598	9.679.188	-	-	-	-	-	-	-
2.1.9 - BCO INT. P/REC. DESENV. - BIRD	31.140.707	45.419.453	58.873.498	72.298.097	81.966.244	112.100.618	102.365.190	102.159.474	126.233.027	85.746.926	60.406.115
2.1.10 - K F W	15.898.493	17.680.622	16.742.718	13.541.328	14.987.277	9.008.980	7.111.945	3.221.078	9.632.283	5.670.479	3.090.528
2.1.11 - MLW - INTERMED HANDELS	5.686.350	5.903.343	6.777.798	6.084.286	5.546.577	6.218.209	4.647.237	2.994.224	1.295.503	420.538	74.335
2.1.12 - SIEMENS R.F.A.	-	6.077.915	2.363.317	152.344	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	1.755.113.603	2.301.205.717	3.317.076.273	3.776.529.210	4.330.232.920	5.818.023.691	6.161.745.501	6.191.645.278	8.729.567.143	9.064.716.602	9.886.880.846

Fonte: Balanço Geral do Estado de Santa Catarina

Varição com base no início da série	100	131,11	188,99	215,17	246,72	331,49	351,07	352,78	497,38	516,47	563,32
Varição Anual	0	31,11	44,15	13,85	14,66	34,36	5,91	0,49	40,99	3,84	9,07

APÊNDICE "B"

TABULAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA - INTERNA E EXTERNA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA
EXERCÍCIOS DE 1994 A 2004 - POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO - Utilizando Deflator (IGP-DI)

ESPECIFICAÇÃO	POSIÇÃO EM 31/12/1994	POSIÇÃO EM 31/12/1995	POSIÇÃO EM 31/12/1996	POSIÇÃO EM 31/12/1997	POSIÇÃO EM 31/12/1998	POSIÇÃO EM 31/12/1999	POSIÇÃO EM 31/12/2000	POSIÇÃO EM 31/12/2001	POSIÇÃO EM 31/12/2002	POSIÇÃO EM 31/12/2003	POSIÇÃO EM 31/12/2004
1 - DÍVIDA INTERNA	4.828.913.336	5.545.309.235	7.488.518.871	7.942.481.012	9.027.541.514	10.102.150.145	9.760.712.495	8.868.670.539	9.846.229.940	9.609.447.619	9.411.117.228
1.1 - POR CONTRATOS	3.540.566.434	3.834.982.046	3.966.657.131	3.878.711.588	6.957.991.597	8.368.717.147	8.714.483.226	8.868.670.539	9.846.229.940	9.609.447.619	9.411.117.228
BNDES	52.751.910	59.413.274	52.619.659	41.197.567	32.651.024	20.144.258	10.656.297	1.995.203	-	-	-
LEI 7976/89 - BCO BRASIL	1.420.176.305	1.458.363.563	1.387.367.574	1.298.745.573	1.272.751.836	1.099.372.278	946.179.321	833.119.020	730.364.173	530.214.341	381.582.687
LEI 8727/93 - BCO BRASIL	946.401.272	1.096.908.429	1.056.648.301	1.036.491.220	1.346.139.445	1.249.528.433	1.118.373.791	1.012.054.111	821.324.520	768.613.695	671.933.192
BCO DO BRASIL/BEA	-	-	13.702.052	11.008.009	10.228.915	4.890.539	-	-	-	-	-
BRDE	397.006.057	396.710.745	406.033.699	449.312.921	-	-	-	-	-	-	-
FINEP	-	5.056.989	8.863.459	11.757.981	10.424.225	7.719.564	8.024.557	5.593.987	3.015.835	1.410.036	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	-	177.943.137	146.431.224	2.507.019	7.705.946	12.170.627	26.934.160	40.443.181	38.366.418	36.653.418
CELESCO/CRC	724.230.890	818.529.045	852.176.004	883.767.094	951.394.806	918.528.916	940.732.187	996.277.887	947.971.209	956.784.318	868.042.563
BCO DO BRASIL/DMLP	-	-	-	-	103.082.042	141.891.716	126.442.813	165.783.358	175.898.964	117.482.909	88.053.018
LEI 9496/98 - BCO BRASIL	-	-	-	-	3.228.812.285	4.908.212.916	5.542.901.163	5.818.891.031	7.117.536.913	7.189.595.502	7.306.357.877
BCO DO BRASIL/CLUBE DE PARIS	-	-	-	-	-	10.722.580	9.002.470	8.021.783	9.675.144	6.980.399	4.342.879
PASEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.151.594
OUTRAS DÍVIDAS	-	-	11.303.247	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 - EM TÍTULOS	1.288.346.902	1.710.327.189	3.521.861.740	4.063.769.424	2.069.549.917	1.733.432.998	1.046.229.269	-	-	-	-
2 - DÍVIDA EXTERNA	515.871.610	558.170.172	547.471.412	583.338.027	584.992.639	662.381.022	621.623.781	581.513.226	693.832.633	555.337.228	475.763.618
2.1 - POR CONTRATOS	515.871.610	558.170.172	547.471.412	583.338.027	584.992.639	662.381.022	621.623.781	581.513.226	693.832.633	555.337.228	475.763.618
2.1.1 - BCO DO BRASIL	22.947.160	20.922.475	9.214.414	21.970.072	-	-	-	-	-	-	-
2.1.2 - BCO INTER. DE DESENV. - BID	260.782.290	266.689.033	262.841.209	283.791.225	357.456.222	426.798.593	429.328.009	416.102.983	528.224.933	452.354.094	412.192.640
2.1.3 - MANUFACTURERS	14.953.420	14.907.058	14.570.456	14.560.584	-	-	-	-	-	-	-
2.1.4 - COMMERZBANK	19.469.668	19.409.301	18.971.038	18.958.186	-	-	-	-	-	-	-
2.1.5 - EUROPEAN B. BANK	8.628.249	8.601.497	8.407.275	8.401.579	-	-	-	-	-	-	-
2.1.6 - INTERFIRST B. DALLAS	2.135.492	2.128.870	2.080.800	2.079.391	-	-	-	-	-	-	-
2.1.7 - HARRIS T. AND SAVINGS	3.950.012	3.937.765	3.848.850	3.846.243	-	-	-	-	-	-	-
2.1.8 - LLOYDS MERCHANT BANK	22.442.076	22.372.493	21.867.321	21.852.506	-	-	-	-	-	-	-
2.1.9 - BCO INT. P/REC. DESENV. - BIRD	94.831.687	120.504.404	142.860.977	163.225.946	181.954.027	207.409.021	172.481.941	155.923.953	152.413.513	96.152.929	60.406.115
2.1.10 - K F W	48.415.115	46.909.258	40.627.466	30.571.982	33.269.737	16.668.451	11.983.390	4.916.266	11.630.000	6.358.632	3.090.528
2.1.11 - MLW - INTERMED HANDELS	17.316.440	15.662.426	16.446.838	13.736.369	12.312.654	11.504.956	7.830.441	4.570.024	1.564.187	471.574	74.335
2.1.12 - SIEMENS R.F.A.	-	16.125.592	5.734.768	343.944	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	5.344.784.946	6.103.479.407	8.035.990.283	8.525.819.039	9.612.534.153	10.764.531.167	10.382.336.276	9.450.183.765	10.540.062.573	10.164.784.847	9.886.880.846

Fonte: Balanço Geral do Estado de Santa Catarina

Variação com base no início da série	100	114,20	150,35	159,52	179,85	201,40	194,25	176,81	197,20	190,18	184,98
Variação Anual	0	14,20	31,66	6,10	12,75	11,98	(3,55)	(8,98)	11,53	(3,56)	(2,73)

APÊNDICE "C"

TABULAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA - INTERNA E EXTERNA ADMINISTRAÇÃO DIRETA EXERCÍCIOS DE 1994 A 2004 - POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO - Convertida em Dólar

Variação cambial: Real - Dólar	0,85	0,97	1,04	1,12	1,21	1,79	1,96	2,32	3,53	2,89	2,65
ESPECIFICAÇÃO	POSIÇÃO EM 31/12/1994	POSIÇÃO EM 31/12/1995	POSIÇÃO EM 31/12/1996	POSIÇÃO EM 31/12/1997	POSIÇÃO EM 31/12/1998	POSIÇÃO EM 31/12/1999	POSIÇÃO EM 31/12/2000	POSIÇÃO EM 31/12/2001	POSIÇÃO EM 31/12/2002	POSIÇÃO EM 31/12/2003	POSIÇÃO EM 31/12/2004
1 - DÍVIDA INTERNA	1.874.364.477	2.149.191.618	2.969.063.214	3.151.185.952	3.364.529.447	3.051.995.186	2.962.474.190	2.504.156.566	2.308.016.880	2.966.039.005	3.545.478.160
1.1 - POR CONTRATOS	1.374.286.820	1.486.321.307	1.572.708.298	1.538.882.051	2.593.216.279	2.528.301.805	2.644.933.108	2.504.156.566	2.308.016.880	2.966.039.005	3.545.478.160
BNDES	20.475.892	23.026.761	20.862.750	16.345.169	12.168.909	6.085.851	3.234.293	563.365	-	-	-
LEI 7976/89 - BCO BRASIL	551.247.834	565.216.945	550.066.322	515.278.387	474.349.636	332.135.125	287.174.919	235.239.369	171.201.856	163.655.236	143.754.780
LEI 8727/93 - BCO BRASIL	367.349.920	425.128.032	418.942.070	411.228.754	501.700.911	377.499.315	339.437.668	285.763.456	192.523.521	237.239.256	253.139.388
BCO DO BRASIL/BEA	-	-	5.432.617	4.367.437	3.812.277	1.477.498	-	-	-	-	-
BRDE	154.099.690	153.752.906	160.985.068	178.265.275	-	-	-	-	-	-	-
FINEP	-	1.959.934	3.514.202	4.664.989	3.885.068	2.332.184	2.435.534	1.579.517	706.930	435.220	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-	-	70.551.257	58.096.710	934.356	2.328.070	3.693.908	7.605.126	9.480.130	11.842.126	13.808.551
CELESC/CRC	281.113.485	317.236.729	337.872.478	350.635.330	354.581.127	277.499.917	285.521.659	281.308.884	222.210.284	295.319.744	327.020.254
BCO DO BRASIL/DMLP	-	-	-	-	38.418.274	42.867.392	38.376.663	46.810.566	41.231.900	36.262.115	33.172.475
LEI 9496/98 - BCO BRASIL	-	-	-	-	1.203.365.722	1.482.837.017	1.682.326.125	1.643.021.253	1.668.394.445	2.219.130.749	2.752.545.915
BCO DO BRASIL/CLUBE DE PARIS	-	-	-	-	-	3.239.435	2.732.340	2.265.030	2.267.913	2.154.561	1.636.106
PASEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.400.691
OUTRAS DÍVIDAS	-	-	4.481.534	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 - EM TÍTULOS	500.077.657	662.870.311	1.396.354.916	1.612.303.901	771.313.167	523.693.381	317.541.082	-	-	-	-
2 - DÍVIDA EXTERNA	200.237.891	217.086.754	222.274.359	231.588.332	218.024.471	200.114.199	188.669.056	164.195.993	162.638.638	171.409.632	179.235.842
2.1 - POR CONTRATOS	200.237.891	217.086.754	222.274.359	231.588.332	218.024.471	200.114.199	188.669.056	164.195.993	162.638.638	171.409.632	179.235.842
2.1.1 - BCO DO BRASIL	8.907.044	8.866.040	8.865.128	8.865.128	-	-	-	-	-	-	-
2.1.2 - BCO INTER. DE DESENV. - BID	101.223.821	103.360.482	104.211.818	112.594.405	133.222.537	128.941.585	130.305.359	117.490.780	123.819.174	139.622.998	155.286.558
2.1.3 - MANUFACTURERS	5.804.237	5.777.518	5.776.924	5.776.924	-	-	-	-	-	-	-
2.1.4 - COMMERZBANK	7.557.239	7.522.449	7.521.676	7.521.676	-	-	-	-	-	-	-
2.1.5 - EUROPEAN B. BANK	3.349.094	3.333.676	3.333.333	3.333.333	-	-	-	-	-	-	-
2.1.6 - INTERFIRST B. DALLAS	828.901	825.085	825.000	825.000	-	-	-	-	-	-	-
2.1.7 - HARRIS T. AND SAVINGS	1.533.215	1.526.157	1.526.000	1.526.000	-	-	-	-	-	-	-
2.1.8 - LLOYDS MERCHANT BANK	8.710.993	8.670.891	8.670.000	8.670.000	-	-	-	-	-	-	-
2.1.9 - BCO INT. P/REC. DESENV. - BIRD	36.809.347	46.703.808	56.641.811	64.760.030	67.813.555	62.661.050	52.350.000	44.026.665	35.726.665	29.678.432	22.756.975
2.1.10 - K F W	18.792.545	18.180.588	16.108.060	12.129.459	12.399.501	5.035.763	3.637.079	1.388.156	2.726.144	1.962.647	1.164.304
2.1.11 - MLW - INTERMED HANDELS	6.721.454	6.070.275	6.520.876	5.449.916	4.588.878	3.475.802	2.376.617	1.290.391	366.655	145.555	28.004
2.1.12 - SIEMENS R.F.A.	-	6.249.784	2.273.732	136.460	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	2.074.602.368	2.366.278.372	3.191.337.573	3.382.774.284	3.582.553.917	3.252.109.386	3.151.143.245	2.668.352.559	2.470.655.518	3.137.448.637	3.724.714.002

Fonte: Balanço Geral do Estado de Santa Catarina

Variação com base no início da série	100	114,06	153,83	163,06	172,69	156,76	151,89	128,62	119,09	151,23	179,54
Variação Anual	0	14,06	34,87	6,00	5,91	(9,22)	(3,10)	(15,32)	(7,41)	26,99	18,72

APÊNDICE "D"

PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇO CORRENTE DO BRASIL E DE SANTA CATARINA - 1994 - 2003

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
BRASIL	349.204.872.380	646.191.144.000	778.886.429.000	870.743.320.000	914.187.314.140	973.845.470.000	1.101.254.907.191	1.198.736.187.810	1.346.027.825.133	1.556.181.873.322
SANTA CATARINA	12.780.154.334	23.572.605.922	29.453.732.822	31.874.671.881	32.434.064.469	35.681.851.468	42.428.003.689	46.534.518.974	51.828.169.458	62.213.541.170

Fonte: IBGE

Brasil

Varição com base no início da série	100,00	185,05	223,05	249,35	261,79	278,88	315,36	343,28	385,46	445,64
Varição anual	-	85,05	20,53	11,79	4,99	6,53	13,08	8,85	12,29	15,61

Santa Catarina

Varição com base no início da série	100,00	184,45	230,46	249,41	253,78	279,20	331,98	364,12	405,54	486,80
Varição anual	-	84,45	24,95	8,22	1,75	10,01	18,91	9,68	11,38	20,04

Comparação do crescimento do PIB do Brasil e Santa Catarina

BR/SC (Base)		0,60	(7,42)	(0,06)	8,01	(0,32)	(16,62)	(20,84)	(20,08)	(41,16)
BR/SC (Anual)		0,60	(4,41)	3,57	3,23	(3,49)	(5,82)	(0,83)	0,91	(4,43)

Se () o crescimento foi maior para SC

APÊNDICE "E"
TABULAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA - INTERNA E EXTERNA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA

EXERCÍCIOS DE 1994 A 2004 - POSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO - Utilizando Valor Relativo - PIB Santa Catarina

ESPECIFICAÇÃO	POSIÇÃO EM 31/12/1994	POSIÇÃO EM 31/12/1995	POSIÇÃO EM 31/12/1996	POSIÇÃO EM 31/12/1997	POSIÇÃO EM 31/12/1998	POSIÇÃO EM 31/12/1999	POSIÇÃO EM 31/12/2000	POSIÇÃO EM 31/12/2001	POSIÇÃO EM 31/12/2002	POSIÇÃO EM 31/12/2003
1 - DÍVIDA INTERNA	0,1241	0,0887	0,1048	0,1104	0,1254	0,1530	0,1365	0,1249	0,1573	0,1377
1.1 - POR CONTRATOS	0,0910	0,0613	0,0555	0,0539	0,0966	0,1268	0,1219	0,1249	0,1573	0,1377
BNDES	0,0014	0,0009	0,0007	0,0006	0,0005	0,0003	0,0001	0,0000	0,0000	0,0000
LEI 7976/89 - BCO BRASIL	0,0365	0,0233	0,0194	0,0180	0,0177	0,0167	0,0132	0,0117	0,0117	0,0076
LEI 8727/93 - BCO BRASIL	0,0243	0,0175	0,0148	0,0144	0,0187	0,0189	0,0156	0,0142	0,0131	0,0110
BCO DO BRASIL/BEA	0,0000	0,0000	0,0002	0,0002	0,0001	0,0001	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
BRDE	0,0102	0,0063	0,0057	0,0062	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
FINEP	0,0000	0,0001	0,0001	0,0002	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0000	0,0000
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,0000	0,0000	0,0025	0,0020	0,0000	0,0001	0,0002	0,0004	0,0006	0,0005
CELESC/CRC	0,0186	0,0131	0,0119	0,0123	0,0132	0,0139	0,0132	0,0140	0,0151	0,0137
BCO DO BRASIL/DMLP	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0014	0,0021	0,0018	0,0023	0,0028	0,0017
LEI 9496/98 - BCO BRASIL	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0448	0,0743	0,0775	0,0819	0,1137	0,1031
BCO DO BRASIL/CLUBE DE PARIS	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0002	0,0001	0,0001	0,0002	0,0001
PASEP	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
OUTRAS DÍVIDAS	0,0000	0,0000	0,0002	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
1.2 - EM TÍTULOS	0,0331	0,0273	0,0493	0,0565	0,0287	0,0263	0,0146	0,0000	0,0000	0,0000
2 - DÍVIDA EXTERNA	0,0133	0,0090	0,0078	0,0081	0,0081	0,0100	0,0087	0,0082	0,0111	0,0080
2.1 - POR CONTRATOS	0,0133	0,0090	0,0078	0,0081	0,0081	0,0100	0,0087	0,0082	0,0111	0,0080
2.1.1 - BCO DO BRASIL	0,0006	0,0004	0,0003	0,0003	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
2.1.2 - BCO INTER. DE DESENV. - BID	0,0067	0,0043	0,0037	0,0039	0,0050	0,0065	0,0060	0,0059	0,0084	0,0065
2.1.3 - MANUFACTURERS	0,0004	0,0002	0,0002	0,0002	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
2.1.4 - COMMERZBANK	0,0005	0,0003	0,0003	0,0003	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
2.1.5 - EUROPEAN B. BANK	0,0002	0,0001	0,0001	0,0001	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
2.1.6 - INTERFIRST B. DALLAS	0,0001	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
2.1.7 - HARRIS T. AND SAVINGS	0,0001	0,0001	0,0001	0,0001	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
2.1.8 - LLOYDS MERCHANT BANK	0,0006	0,0004	0,0003	0,0003	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
2.1.9 - BCO INT. P/REC. DESENV. - BIRD	0,0024	0,0019	0,0020	0,0023	0,0025	0,0031	0,0024	0,0022	0,0024	0,0014
2.1.10 - K F W	0,0012	0,0008	0,0006	0,0004	0,0005	0,0003	0,0002	0,0001	0,0002	0,0001
2.1.11 - MLW - INTERMED HANDELS	0,0004	0,0003	0,0002	0,0002	0,0002	0,0002	0,0001	0,0001	0,0000	0,0000
2.1.12 - SIEMENS R.F.A.	0,0000	0,0003	0,0001	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
TOTAL GERAL	0,1373	0,0976	0,1126	0,1185	0,1335	0,1631	0,1452	0,1331	0,1684	0,1457
Varição com base no início da série	100,00	71,09	82,01	86,27	97,22	118,73	105,75	96,89	122,65	106,10
Varição anual	0,00	(28,91)	15,36	5,20	12,68	22,13	(10,93)	(8,38)	26,59	(13,49)

APÊNDICE "F"

DEMONSTRAÇÃO DAS MODIFICAÇÕES DO PERFIL DA DÍVIDA

DÍVIDA INTERNA	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Saldo da ano anterior	136.519.000,00	1.585.712.348,00	2.090.088.849,00	3.081.386.197,00	3.517.983.997,00	4.066.706.742,00	5.460.019.388,00	5.792.822.030,00	5.810.644.896,00	8.154.916.042,00	8.569.479.893,00
Operações de crédito / incorporação	256.246.000,00	150.730.065,00	917.485.608,00	462.423.731,00	1.848.227.586,00	808.164.391,00	784.096.327,00	9.300.000,00	1.707.656.957,00	7.271.000,00	59.283.932,00
Correção Monetária + juros	1.467.312.000,00	544.898.243,00	374.405.445,00	526.509.238,00	507.288.653,00	929.796.219,00	670.337.986,00	766.217.923,00	1.683.412.397,00	571.942.373,00	963.818.620,00
Amortização e cancelamentos (-)	274.364.000,00	191.251.806,00	300.593.705,00	552.335.170,00	1.806.793.494,00	344.647.955,00	1.121.631.671,00	757.695.057,00	1.046.798.208,00	164.649.523,00	181.465.218,00
Saldo do ano	1.585.713.000,00	2.090.088.850,00	3.081.386.197,00	3.517.983.996,00	4.066.706.742,00	5.460.019.397,00	5.792.822.030,00	5.810.644.896,00	8.154.916.042,00	8.569.479.892,00	9.411.117.228,00

DÍVIDA EXTERNA	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Saldo da ano anterior	20.093.000,00	169.401.255,00	211.116.867,00	231.031.968,00	258.454.213,00	263.526.177,00	358.004.303,00	368.923.471,00	381.000.381,00	574.651.101,00	495.236.709,00
Operações de crédito	29.300.000,00	31.368.525,00	27.238.999,00	32.969.992,00	44.784.814,00	15.799.645,00	16.019.557,00	0,00	55.014.301,00	104.784.158,00	83.685.331,00
Variação cambial	129.922.000,00	28.350.871,00	12.152.149,00	14.639.172,00	21.272.876,00	123.165.630,00	31.909.584,00	63.557.429,00	187.276.467,00	(107.273.779,00)	(42.581.170,00)
Amortização e cancelamentos (-)	9.915.000,00	18.003.784,00	19.476.048,00	20.095.920,00	61.076.726,00	44.487.151,00	37.009.973,00	51.480.519,00	48.640.049,00	76.924.671,00	60.577.251,00
Saldo do ano	169.400.000,00	211.116.867,00	231.031.967,00	258.545.212,00	263.435.177,00	358.004.301,00	368.923.471,00	381.000.381,00	574.651.100,00	495.236.809,00	475.763.618,00

Diferença entre operações e amortizações	1.267.000,00	(27.157.000,00)	624.654.854,00	(77.037.367,00)	25.142.180,00	434.828.930,00	(358.525.760,00)	(799.875.576,00)	667.233.001,00	(129.519.036,00)	(99.073.206,00)
Soma (correção + juros + variação cambial)	1.597.234.000,00	573.249.114,00	386.557.594,00	541.148.410,00	528.561.529,00	1.052.961.849,00	702.247.570,00	829.775.352,00	1.870.688.864,00	464.668.594,00	921.237.450,00

RELAÇÃO ENTRE A DÍVIDA CONSOLIDADA E RECEITAS: e TOTAL DAS RECEITAS DO PIB - SC

Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Dívida Consolidada / RCL	1,43	1,06	1,28	1,68	1,91	2,06	1,87	1,59	2,00	1,77	1,74
Dívida Consolidada / RLD		1,43	1,82	1,91	2,11	2,56	2,23	1,97	2,38	2,06	2,04
RCL do PIB - SC	9,58%	9,24%	8,80%	7,07%	6,98%	7,91%	7,77%	8,39%	8,44%	8,25%	
RLD do PIB - SC		6,85%	6,19%	6,21%	6,33%	6,36%	6,52%	6,74%	7,07%	7,06%	